

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 11.01.2024

Desenvolvimento do Wushu

Nos últimos anos, os atletas da equipa de Wushu de Macau têm sido vistos no pódio das competições internacionais e, nos recentes Jogos Asiáticos de Hangzhou, ganharam uma medalha de ouro, uma de prata e duas de bronze nas modalidades de *Taolu* e de *Sanda*, respectivamente, conseguindo um regresso triunfal. O esforço e o progresso dos atletas estão à vista de todos. O Wushu tornou-se um desporto de elite em Macau e o seu desenvolvimento tem sido alvo de grande atenção.

O Wushu, enquanto um dos tesouros da cultura chinesa, tem em Macau um profundo legado histórico-cultural, com diferentes escolas estabelecidas nesta terra pequena e, gradualmente, a integrarem-se na vida da população em geral, transformando-se num desporto saudável para todas as idades, com uma ampla base de apoio popular. Algumas escolas que reúnem condições definiram o Wushu como actividade extracurricular e, com o apoio do Governo da RAEM, procuraram jovens potenciais para o respectivo sector, formando-os ao longo dos anos para serem atletas, o que é um mérito ineliminável.

A concentração de esforços para promover a diversificação das indústrias é o objectivo principal de desenvolvimento da RAEM no futuro. A indústria das convenções, exposições e comércio, e da cultura e do desporto faz parte das quatro novas indústrias de Macau. Mais, no Relatório das LAG para o Ano Financeiro de 2024, o Governo da RAEM referiu claramente que se ia empenhar na construção de uma “Cidade desportiva”, realizar eventos artístico-culturais e desportivos de renome e continuar a lançar mais actividades desportivas de grande envergadura e de alto nível. O Wushu, para além de ser a luz de Macau, tem a responsabilidade de transmitir e divulgar a cultura chinesa, proporcionando nutrientes e bases sólidos para o desenvolvimento a longo prazo de “Um centro, uma plataforma, uma base”.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Este ano celebra-se o 75.º aniversário da implantação da República Popular da China e o 25.º do retorno de Macau à Pátria e, em 2025, Guangdong, Hong Kong e Macau vão organizar, em conjunto, os Jogos Nacionais. Face a essas celebrações e eventos, sugere-se às autoridades que reforcem a comunicação com as cidades da Grande Baía, especialmente com Foshan, que é a cidade do Wushu (artes marciais), e também com Hong Kong, procurando oportunidades de cooperação, intercâmbio, visitas mútuas, e organização, em conjunto, de várias actividades relacionadas com as artes marciais. Por exemplo, pode-se organizar um Encontro de Intercâmbio de Wushu, uma Exibição de Wushu, o Dia de Experiência do Wushu e até palestras culturais e actividades fotográficas, criando-se assim uma marca de eventos relacionados com o Wushu na Grande Baía, para transmitir e divulgar a excelente cultura tradicional chinesa. Através da promoção do estudo sobre os valores e os rituais de Wushu e a sua influência no espírito humanista de Macau caracterizado pela coexistência harmoniosa e tolerante, pode-se destacar o espírito da nação chinesa, caracterizado pelo auto-aperfeiçoamento e pela generosidade.

2. Além do ensino de técnicas de defesa no combate e de exercícios para o fortalecimento da saúde, as artes marciais incluem, de facto, conceitos da cultura tradicional chinesa, como, filosofia, medicina, estética, ética, ciência militar, etc., constituindo um tesouro humano com o seu vasto sistema e rico conteúdo. Assim, o Governo, para além de “elevar os benefícios económicos e sociais dos eventos desportivos”, deve explorar também o encanto cultural especial do Wushu, alargando o âmbito da indústria do desporto e da economia a outras actividades. Por exemplo, tendo como tema as artes marciais de Macau, esse conceito pode abranger a concepção de lembranças turísticas, artigos de uso diário e outros produtos de desporto, para além de criar um ambiente social saudável e positivo, para que possa impulsionar, em certa medida, o desenvolvimento dos sectores do comércio, da publicidade e da prestação de serviços.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 11.01.2024

Operação Preventiva no Inverno e prevenção dos crimes sociais resultantes da recuperação económica

No mês passado, numa entrevista, o Secretário para a Economia e Finanças afirmou que, segundo as previsões, o número de visitantes poderá atingir os 28 milhões, atingindo 70 por cento dos níveis pré-pandémicos, e que a recuperação local será mais rápida do que o previsto. O número de visitantes tem vindo a aumentar gradualmente e, em consequência, é inevitável o problema dos crimes sociais, pois existe uma forte ligação entre estes dois aspectos.

Segundo as estatísticas da criminalidade entre Janeiro e Setembro de 2023, divulgadas no mês passado pelo Secretário para a Segurança, há um aumento significativo de casos de criminalidade em comparação com o período homólogo de 2022, mas ainda inferior ao registado em 2019, sendo os crimes de burla e furto os que registaram um aumento mais significativo. Com a aproximação do Ano Novo Lunar, e de acordo com a tendência actual, prevê-se que, no próximo mês, o número de visitantes atinja um novo pico após a epidemia. O aumento do número de visitantes, o desenvolvimento contínuo do sector do jogo e a retoma da economia local originam factores instáveis, que afectam a segurança pública. Apesar de se ter registado uma descida no número de crimes tradicionais relacionados com o jogo, houve um aumento evidente do número de casos de novos tipos de burla e furto, entre outros, que causam prejuízos directos ao público. A Polícia e outros serviços públicos têm desenvolvido um grande volume de trabalho de sensibilização sobre a prevenção de burla e de crimes; ao longo dos anos, as autoridades de segurança têm realizado anualmente a Operação Preventiva de Inverno, bem como desenvolvido uma série de actividades de sensibilização comunitária com as associações, apelando aos cidadãos e lojistas para reforçarem as informações sobre a prevenção de burla e de furto, e a prevenção contra incêndios, etc., para reprimir os crimes e as infracções antes e depois do Ano Novo Lunar.

Com o aumento gradual dos turistas, os crimes praticados nos arredores são complexos e diversificados, assim, sugere-se ao Governo que, para além das patrulhas nos pontos negros, nos edifícios comerciais, nas zonas turísticas e nas zonas periféricas dos casinos, uma as forças da sociedade e, na colaboração da polícia e dos cidadãos, transmitam, em conjunto, mensagens de prevenção e de combate à criminalidade. Pode-se, por exemplo, cooperar mais com as empresas e instituições, na realização periódica de “*Workshops* sobre a prevenção dos crimes relacionados com o jogo”, para reforçar a consciência e a capacidade de prevenção criminal dos trabalhadores da linha da frente do sector do jogo e das empresas envolventes. Nas zonas comunitárias, através da divulgação e educação comunitária, pode-se reforçar, de forma contínua, o mecanismo de comunicação de auxílio mútuo entre vizinhos, para elevar a consciência da população sobre a prevenção e o combate à criminalidade. Acredita-se que, com os esforços conjuntos do Governo e da sociedade, podem ser reduzidos os danos patrimoniais e a ocorrência de crimes, pois mais vale prevenir do que remediar.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 11.01.2024

Aperfeiçoar as estratégias de captação de talentos de alto nível e promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia

Face à competição global por talentos, os países estão a lançar diversas políticas para captar quadros de alto nível, que servem como motor do crescimento económico e da inovação tecnológica. Neste contexto, sendo Macau uma cidade moderna, a definição activa de estratégias para a captação desses quadros é muito importante para a concretização da estratégia de desenvolvimento “1+4”.

Em articulação com o 14.º Plano Quinquenal Nacional e as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o Governo elaborou o Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da RAEM (2024-2028), para fomentar novas vertentes de crescimento económico e aumentar a competitividade das indústrias.

Ao mesmo tempo, com a implementação do “Regime jurídico de captação de quadros qualificados”, o Governo pretende trazer até Macau quadros qualificados, para construir uma plataforma industrial e promoverem o desenvolvimento das indústrias prioritárias, desempenhando um papel orientador e impulsionador com recurso às suas capacidades técnicas e experiência. Deste modo, será aperfeiçoada a criação do sistema de quadros qualificados, e a chegada de quadros provenientes de todo o mundo vai contribuir para a optimização contínua da estrutura demográfica de Macau e assegurar a mão-de-obra em todos os sectores. Porém, nos últimos anos, muitos países e regiões estão a competir por talentos, lançando diversas políticas e medidas de incentivo, por isso, a captação de líderes dos sectores e de quadros de alto nível não é nada fácil para Macau.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Todos os anos, muitos estudantes estrangeiros vêm concluir o ensino superior em Macau, o que constitui um potencial motor para o futuro desenvolvimento de Macau. Estes talentos possuem elevadas habilitações académicas e têm um sentido de identidade e de pertença a Macau, e são recursos valiosos para a concretização do desenvolvimento sustentável. As autoridades adoptaram várias políticas para atrair os estudantes que concluem a licenciatura ou curso superior em Macau a criarem os seus próprios negócios em Macau, tornarem-se accionistas, assumirem cargos importantes e liderarem o empreendedorismo em Macau. Além disso, sob a premissa de garantir a criação de uma equipa de talentos de alto nível, permite-se que estes liderem o desenvolvimento de negócios e é possível incentivá-los a tornarem-se residentes de Macau, desde que, depois de alcançados alguns resultados, possuam as competências essenciais que faltam em Macau.

2. As indústrias trazem talentos, os talentos atraem indústrias, e ambos se complementam. Os serviços competentes devem construir uma base para a criação de negócios nas áreas da tecnologia e das indústrias culturais e criativas, e uma plataforma de apoio à investigação científica e à inovação, com vista a incentivar o desenvolvimento de

novas indústrias, especialmente nas áreas da tecnologia, indústrias culturais e criativas e manufactura de alta qualidade, proporcionando oportunidades aos talentos de alto nível para desenvolverem a sua criatividade. Ao mesmo tempo, é necessário desempenhar o papel de orientador de talentos, reforçar a formação de talentos locais e, em articulação com as tendências do desenvolvimento industrial, preparar activamente os talentos necessários para o desenvolvimento industrial.

3. O Governo quer atrair talentos de qualidade de todo o mundo, mas tem de reforçar o combate aos casos de utilização de falsas habilitações académicas e de certificados falsos nos pedidos de entrada em Macau. A obtenção de "habilitações literárias falsas" para a captação de quadros qualificados é uma injustiça, portanto, o Governo deve reforçar a acreditação e apreciação das informações relativas às habilitações académicas, graus académicos e dissertações, com vista a assegurar a autenticidade e fiabilidade das informações dos requerentes.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 11.01.2024

Unir a sabedoria dos sectores político, empresarial e académico, e resolver os conflitos profundos das PME

O ano começa com a Primavera, e aproveito para desejar a todos um bom ano novo. Começa um novo ano, mas não se pode esquecer o ano passado, especialmente, as palavras do Director do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau junto do Conselho de Estado, Xia Baolong: “Os estudos de Macau devem insistir sempre na orientação para os problemas, integrando, estreitamente, os estudos teóricos na realidade de Hong Kong e Macau, contribuindo com a sua sabedoria para resolver as contradições e problemas profundos de Hong Kong e Macau e manter, a longo prazo, a prosperidade e a estabilidade de Hong Kong e Macau.” Isto leva-me a pensar, enquanto deputado do sector industrial, comercial e financeiro, sobre quais são, afinal, os conflitos profundos das micro e PME, e quais os problemas que necessitam de ser resolvidos para ultrapassar as dificuldades de reconversão e valorização.

As micro e as PME representam mais de 90% da estrutura industrial e criam mais de 60% dos postos de trabalho, constituindo a maior parte da pirâmide económica e industrial de Macau e tendo como função estabilizar a vida da população. Na perspectiva da partilha económica, o sector do jogo, no topo da pirâmide, contribui para o florescimento do turismo, venda de lembranças e venda a retalho de luxo, e proporciona grande parte de postos de trabalho directos e indirectos; as micro e as PME, por sua vez, servem directamente os cidadãos nas vertentes do vestuário, alimentação, habitação e transportes, e entretanto, as aquisições directas das empresas de turismo e lazer e o consumo dos seus trabalhadores também contribuem para a sua sobrevivência. Este modelo de redistribuição, que é dividido em níveis, leva as micro e as PME a ficarem sempre na última etapa da partilha dos frutos económicos, e recebem sempre a parte mais pequena. No entanto, quando a sociedade quer partilhar dos frutos económicos, procede-se à respectiva distribuição de forma igual e sem separar propositadamente os sectores do turismo e lazer, que ficam no topo, das micro, e das PME, que estão em último lugar. Isto pode ser um dos problemas profundos que as micro e as PME locais têm de enfrentar.

Quanto ao incentivo à auto-valorização e transformação das micro e das PME, de facto, os empresários determinados e capazes já há muito que agarraram as oportunidades do rápido desenvolvimento do sector do jogo e promoveram, com sucesso, a transformação e a valorização das suas actividades. Por exemplo, a empresa “Long Tin Group”, que fornece assados para vários restaurantes, e a pastelaria “Koi Kei”, que é um cartão-de-visita de lembranças. Mas, na sociedade não existem apenas elites e unicórnios, as pessoas comuns e as empresas comuns são sempre a maioria. As indústrias de baixo teor tecnológico e as micro e as PME que insistem nas técnicas artesanais tradicionais e nas suas características, quanto mais inovadoras forem, maiores são as limitações que encontram. Estes empresários, apesar de enfrentarem grandes pressões de exploração, insistem em não encerrar as suas actividades, e continuam a esforçar-se por seguir a tradição de auto-sustentação das micro e PME, a garantir postos de trabalho, e assumir a responsabilidade de facilitar a vida aos vizinhos. Se esses empresários encerrarem portas para poderem gozar a aposentação ou

integrarem o grupo de trabalhadores que se dedicam ao desenvolvimento das principais indústrias, não é difícil imaginar que a sua vida seja melhor. Quem é que consegue perceber as suas boas intenções?

Os esforços do Governo para promover a diversificação adequada da economia estão à vista de todos. Lembram-se que o Governo tem sublinhado a sua ignorância e incapacidade para o negócio? Perante a nova era e as novas exigências de desenvolvimento, como podem as indústrias-chave “1+4” transformar-se nas componentes principais da economia de Macau? Como é que as micro e as PME vão continuar a desenvolver-se e os cidadãos de Macau vão continuar a ter opções de trabalho diversificadas? O que podemos fazer para a geração actual, que tem o sonho de manter o negócio da família, e a nova geração, que tem o sonho de criar o seu próprio negócio, terem acesso à mensagem de que continuam a ser valorizadas e acarinhadas pelos diferentes sectores sociais? Gostaria então de sugerir e apelar ao Governo para colaborar, quanto antes, com os sectores comercial, académico, laboral e profissional, incluindo as associações, e para unir as forças de todos na criação duma equipa de investigação, para se encontrarem métodos para resolver a estagnação das micro e PME de Macau, adoptando uma abordagem centrada nos problemas para apresentar soluções viáveis, com vista a permitir que estas empresas consigam maiores realizações na promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau!

IAOD do Deputado Lei Chan U em 11.01.2024

Cooperação de todos os sectores da sociedade para proteger os menores no seu crescimento

No discurso da Cerimónia de abertura do ano judiciário 2023/2024, o Procurador afirmou o seguinte: o Ministério Público continua a reforçar o combate às condutas criminosas contra os menores, mas o amparo judicial serve apenas como remédio superveniente. As condutas criminosas contra os menores dão origem a consequências físicas e psíquicas que não podem ser facilmente apagadas. Assim, apelamos a todos os sectores que promovam discussões mais aprofundadas e desenvolvam estratégias eficazes para a protecção de menores, de forma a prevenir ofensas sexuais. É crucial intensificar a orientação dos menores sobre a utilização razoável das redes, tendo em mente que, embora o acesso às comunicações electrónicas seja simples, o mundo cibernético é complexo. Deste modo, procuramos evitar, tanto quanto possível, que os menores sejam alvo de aliciamento ou ofensas.

De facto, com a crescente generalização da Internet, têm-se verificado, de vez em quando, incidentes em que os menores se tornam viciados na Internet ou vítimas de *cyberbullying*. Muitos pais de Macau adoptaram medidas como o “limite de tempo”, para gerir a utilização da Internet pelos seus filhos, de modo a evitar que estes se tornem viciados e a minimizar as possibilidades de entrarem em contacto com informações indesejáveis, mas este método não é muito eficaz.

Para criar um ambiente de rede favorável à saúde física e mental dos menores, o Interior da China aprovou, recentemente, a Norma relativa à protecção de menores na utilização de redes (a Norma), que entrou em vigor em 1 de Janeiro deste ano. A Norma propõe que o Ministério da Educação do Conselho de Estado integre a educação sobre a literacia em redes nos conteúdos da educação de qualidade em escolas e colabore com os serviços responsáveis pela regulamentação das informações na Internet na formulação de indicadores de avaliação da literacia de menores em redes, de modo a sensibilizá-los para a sua segurança, a literacia civilizada, os hábitos e comportamentos, bem como para as competências de protecção.

Para aumentar a sensibilização e a capacidade dos menores para se protegerem e evitar que sejam prejudicados, o Governo deve cooperar com os diversos sectores sociais para lhes proporcionar uma protecção substancial em prol do seu crescimento saudável e seguro. Assim, gostaria de apresentar as três sugestões seguintes:

1. Reforçar a educação sobre a literacia dos menores na Internet: os serviços competentes do Governo devem, em conjunto com as escolas, reforçar a educação referida, orientá-los para utilizarem a Internet de forma racional e saudável, e recusarem os conteúdos vulgares, resistindo conscientemente, reforçar a sua consciência de protecção de dados pessoais, elevar a capacidade de identificação precoce e intervenção dos docentes e encarregados de educação dos menores viciados na Internet e ajudá-los a retomar, quanto antes, a vida normal de aprendizagem, construindo em conjunto a sua primeira linha de defesa da segurança cibernética.

2. Reforçar a educação sexual dos menores: há que desenvolver continuamente a educação referida através da cooperação entre a família e a escola, transmitindo-lhes conhecimentos científicos sobre a sexualidade e uma correcta consciência moral sexual, elevando a sua capacidade de autoprotecção contra a agressão sexual.

3. Reforçar a cooperação interdepartamental no combate: como os meios e formas de agressão a menores são cada vez mais complexos e diversificados, sendo cada vez mais difícil o seu combate, sugiro aos serviços competentes que reforcem os estudos sobre as medidas, aperfeiçoem a protecção jurídica dos menores através da produção legislativa, da execução da lei, da justiça e da divulgação jurídica, e reforcem os serviços de consulta sobre os traumas e de reabilitação, para apoiar os menores vítimas a retomarem a sua vida normal.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 11.01.2024

Mais medidas para atrair turistas e ajudar a economia das zonas relacionadas com a vida da população

Durante o ano novo, Macau foi visitada por muitos turistas, para sentirem o clima das festividades, portanto, foi grande o número de pessoas nas fronteiras. No centro, foi grande o fluxo de pessoas, nas zonas turísticas havia muitos turistas, o volume de negócios aumentou 20 e 30% em comparação com o registado nos dias normais, e muitos lojistas afirmaram que não tiveram “mãos a medir”. Pelo contrário, nas zonas relacionadas com o dia-a-dia da população, o ambiente esteve e não beneficiaram do aumento significativo dos turistas. Mais, nos feriados e fins-de-semana, os residentes dessas zonas deslocaram-se ao Interior da China para consumir, o que resultou numa redução do fluxo de pessoas e consequentemente do negócio das lojas.

Depois da epidemia, a indústria do turismo mudou, pois cada vez mais turistas gostam de visitar o Centro Histórico de Macau e de fazer compras nas lojas mais conhecidas e divulgadas na *internet*. As zonas turísticas e os centros históricos com mais elementos turísticos foram bem desenvolvidos, quer com o apoio do Governo através das políticas quer com as medidas de revitalização das seis concessionárias do jogo, portanto, acredita-se na recuperação gradual da economia. Porém, não se pode negar que os estabelecimentos comerciais localizados nas zonas relacionadas com a vida da população enfrentam mais dificuldades do que durante a epidemia. Esta é que é a realidade. Neste momento, para resolver as dificuldades da população, há que estudar formas para atrair, em número adequado, os turistas a consumirem nas zonas comunitárias, esperando que esse consumo consiga substituir o consumo dos residentes.

É necessário que o Governo, os empresários e os cidadãos se unam para enfrentar os novos desafios, procurando novas oportunidades. Em particular, há que distinguir as zonas comunitárias que necessitam de apoio urgente e as empresas que necessitam de apoio, para que sejam adoptadas políticas precisas. Os comerciantes dos bairros comunitários devem poder partilhar os frutos da retoma do sector do turismo, e também aproveitar bem as oportunidades dessa recuperação, readquirindo a sua dinâmica e a confiança. Assim sendo, sugiro o seguinte:

1. Aumento de elementos culturais e criativos nas zonas comunitárias. Sob a orientação do Governo e contando com a participação das associações comerciais e dos lojistas, deve tomar-se como referência as experiências das regiões vizinhas, e pintar as paredes exteriores dos edifícios do Governo e das propriedades privadas. Essas pinturas murais de diferentes estilos e cores (por exemplo, aquelas que estão junto ao Posto Fronteiriço de Gongbei, em Zhuhai, onde existe um grande conjunto de murais 3D) não são apenas decoração, mas sim uma expressão da cultura, da história e dos valores locais que as pessoas podem experienciar enquanto passeiam pelas ruas. Os turistas podem então sentir o encanto das zonas relacionadas com a vida da população, enquanto apreciam estas obras de arte.

2. Reforçar as acções de divulgação e promoção. O Governo deve reforçar as acções de divulgação e promoção das zonas residenciais, com vista a elevar a sua fama e atractividade; deve ainda realizar actividades culturais, musicais e artísticas nos espaços públicos destas zonas, tais como teatro, concertos, exposições de arte, etc., pois isto pode atrair os turistas a visitarem estas zonas e, ainda, transformá-las em locais adequados para os cidadãos passearem nos fins-de-semana, proporcionando assim mais locais de lazer e entretenimento.

3. Apoiar os estabelecimentos comerciais das zonas residenciais a aditar elementos culturais e criativos nas suas lojas. Tomando como referência as boas práticas e experiências do Fundo para as Indústrias Culturais e Criativas, pode atribuir-se subsídios em dinheiro e apoio administrativo às lojas interessadas em aditar elementos culturais e criativos de acordo com as suas próprias características; há ainda que incentivar a abertura de lojas com características próprias e lojas de artesanato, ajudando-as a elevar a sua competitividade através da divulgação em diversas plataformas, a fim de atrair os turistas.

4. Prestar serviços gratuitos de autocarro para a ligação entre as principais zonas turísticas e residenciais. Isto pode reduzir os custos e o tempo e aumentar a vontade dos turistas para se deslocarem às zonas comunitárias. Ao mesmo tempo, há que disponibilizar roteiros turísticos e visitas guiadas, orientando os turistas na exploração aprofundada da história e cultura dessas zonas.

5. Os Serviços de Turismo podem distribuir aos turistas cupões de experiência turística nas zonas comunitárias. O Governo pode financiar parcialmente os turistas (como acontece em HK, onde foram recentemente distribuídos cupões de consumo para activar a economia nocturna) através de cupões de experiência turística nas zonas comunitárias, e os turistas podem ter descontos nas lojas que participam no plano de consumo, a fim de ajudar os comerciantes a manterem ou até aumentarem os seus negócios, e também a manterem os empregos.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 11.01.2024

Enriquecer a experiência dos visitantes em Macau

A economia de Macau começou já, em 2024, a apresentar sinais evidentes de recuperação - as receitas do jogo totalizaram 183 mil milhões de patacas em 2023, um aumento de 3,3 vezes em relação ao ano anterior e em comparação com os 292,4 mil milhões de patacas registadas antes da epidemia, em 2019, já se recuperou 62%. Nos passados três dias a seguir ao Ano Novo, entraram em Macau mais de 390 mil visitantes, e na noite da passagem de ano, o número de visitantes atingiu um novo recorde, com números bastante brilhantes. Isto é um bom início para a recuperação económica de Macau em 2024. Como é que, a partir daqui, vamos conseguir manter esta tendência, para oferecer aos turistas uma experiência cómoda e conveniente, e aumentar a taxa de retorno, é uma questão muito importante.

A economia mundial e do Interior da China ainda não melhorou significativamente. Muitos residentes e turistas dão mais importância à relação custo/benefício, e o poder de compra é, em geral, fraco. Além disso, os interesses dos turistas variam, uns são mais virados para a gastronomia, outros para os espectáculos culturais e artísticos, e alguns para os pontos de interesse turístico, por isso, é necessário criar mais condições e oferecer vários incentivos para atrair o consumo dos turistas em Macau.

Face ao exposto, proponho ao Governo que, com base nos dados disponíveis, estude e avalie os objectivos e as necessidades dos visitantes de diferentes origens, e que, em conjunto com as empresas e instituições, se promovam produtos, serviços e actividades diversificados, se melhorem os roteiros turísticos, e se elabore uma lista de recomendações sobre vários temas, por exemplo a gastronomia, nomeadamente a típica, a portuguesa, a do Sudeste Asiático, a nocturna, os petiscos típicos, etc., para os turistas poderem ficar rapidamente a conhecer a nossa gastronomia. Por outro lado, através da lista de recomendações e das diversas actividades, será possível quer atrair as pessoas para os bairros periféricos, desviando a sua aglomeração dos pontos turísticos, quer ajudar a revitalização da economia comunitária.

Mais, há que melhorar as instalações complementares para a passagem das transfronteiras, o trânsito e as deslocações, para proporcionar aos turistas uma experiência mais confortável, portanto, sugiro o recurso aos megadados para monitorizar o fluxo de pessoas nas fronteiras e nos pontos turísticos, definir planos de controlo para as fronteiras e para o trânsito, e coordenar a passagem nas diversas fronteiras, com vista a dispersar as pessoas. Espero que se melhore a ligação entre autocarros, por exemplo, no Posto de Qingmao e no Posto de Hengqin, se promova a introdução de mais formas de pagamento electrónico nos autocarros, e que se acelere a construção da Praça do Posto de Qingmao, para desviar as pessoas do Posto de Gongbei. Quanto aos feriados e grandes eventos, sugiro que se definam bons planos de evacuação de pessoas, se aumente a frequência dos autocarros e do metro ligeiro e se criem autocarros expresso com ligação directa às fronteiras, para facilitar a vida aos turistas.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 11.01.2024

Alargar o âmbito de circulação dos veículos com matrícula única de Hengqin em Guangdong

Desde que o Comité Central do Partido Comunista da China e o Conselho de Estado emitiram o Plano Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada, nos últimos anos, o País e Macau lançaram várias políticas de incentivo e criaram condições favoráveis para o desenvolvimento integrado da Zona de Cooperação Aprofundada, incluindo os veículos com matrícula única de Hengqin, benefícios fiscais, etc. Mais, com a entrada em funcionamento de muitas instalações relacionadas com a vida da população, muitos residentes começaram a pensar em viver naquela Zona. A Zona de Cooperação Aprofundada é um local de demonstração das vantagens dos “dois sistemas”, portanto, espero que o Governo tome a iniciativa de negociar com o Interior da China, para os veículos de matrícula única de Hengqin, requeridos pelos residentes que estão na Zona, poderem circular em toda a Província de Guangdong, em prol de uma ligação mais estreita entre Macau, a Zona de Cooperação Aprofundada e as outras cidades da Grande Baía.

Actualmente, as duas políticas de circulação transfronteiriça, ou seja, “circulação em Hengqin de veículos de matrícula única” e “circulação de veículos de Macau na província de Guangdong”, são apenas uma opção, e o âmbito de circulação destas duas políticas é diferente. A sociedade, especialmente as pessoas que vivem na Zona de Cooperação Aprofundada, esperam que os veículos com matrícula única de Hengqin possam requerer, ao mesmo tempo, a passagem de veículos de Macau para a província de Guangdong, mas, como as duas políticas pertencem a sistemas diferentes, os métodos de gestão também o são, portanto, é difícil proceder à respectiva integração pelos serviços competentes do Interior da China. Na sequência da venda do “Novo Bairro de Macau”, um serviço da Zona de Cooperação Aprofundada, ao ser questionado pela comunicação social, revelou que estava a ser estudada a viabilidade de os veículos com matrícula única dos proprietários do “Novo Bairro de Macau” entrarem noutras zonas da Província de Guangdong. Estou satisfeito com a sugestão do referido serviço, o que significa que há outras formas operacionais para alargar o âmbito de circulação dos veículos com matrícula única, mas espero que, para além dos proprietários do Novo Bairro de Macau, os residentes de Macau, que também estão a desenvolver-se e a viver na Zona de Cooperação Aprofundada, devem ter as mesmas condições.

Além do grande impulso dado pelo País e pelo Governo da RAEM, os residentes de Macau que trabalham, criaram os seus negócios e vivem na Zona de Cooperação Aprofundada também contribuíram para o seu desenvolvimento. Segundo os dados dos Serviços de Estatística da Zona de Cooperação Aprofundada, entre Janeiro e Setembro de 2023, as receitas das empresas com capital de Macau atingiram 17,5 mil milhões de patacas, representando um aumento de 44 por cento face ao mesmo período do ano anterior, e, em Outubro de 2023, havia 11 mil residentes de Macau a trabalhar e a viver nesta Zona, registando-se um aumento homólogo de 60 por cento. Para se desenvolver na Zona de Cooperação Aprofundada, é inevitável haver intercâmbio e cooperação com as empresas e

entidades das outras cidades da Grande Baía, então, a circulação dos veículos de Macau apenas em Hengqin causará muitas inconveniências.

Como 2024 é o ano em que se concretiza o primeiro objectivo de desenvolvimento do “Plano Geral”, acredita-se que mais residentes serão incentivados a desenvolver-se na Zona de Cooperação Aprofundada, a qual serve de porta e plataforma para o reforço do intercâmbio e da comunicação entre Macau e o Interior da China. Nas “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, também se refere o estudo sobre o alargamento do âmbito de circulação dos veículos com matrícula única de Macau no Interior da China. Assim, espero que o Governo reforce a discussão com os serviços competentes do Interior da China, com vista a facilitar o desenvolvimento dos residentes na Zona de Cooperação Aprofundada.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 11.01.2024

Escola para Filhos e Irmãos de Residentes de Macau no “Novo Bairro de Macau”

As fracções habitacionais do “Novo Bairro de Macau” em Hengqin foram postas à venda em 28 de Novembro do ano passado e, até à data, mais de mil unidades foram subscritas. A primeira Escola para Filhos e Irmãos de Residentes de Macau no “Novo Bairro de Macau” vai ser coordenada pela Associação de Apoio à Escola Hou Kong, que planeia ministrar aulas de cinco níveis no primeiro ano lectivo, desde o jardim-de-infância até ao segundo ano do ensino primário. Está actualmente em processo de inscrição, e prevê-se o início das aulas, em simultâneo, com o das diversas escolas de Macau no ano lectivo de 2024/2025, e os alunos de Macau a frequentar essa escola vão beneficiar de escolaridade gratuita tendencialmente igual à de Macau, e a escola vai ser gradualmente transformada em secundária daqui a dois anos. Quanto aos currículos escolares, aos materiais didácticos e à pedagogia, embora satisfazendo as exigências das autoridades educativas do Interior da China, a escola, vai ter como referência as características educativas de Macau, os quadros curriculares e os requisitos académicos básicos, etc., e integrar, adequadamente, os currículos internacionalizados nos seus programas de ensino.

A modalidade de ensino na Zona de Cooperação Aprofundada é a primeira do género em Macau e muitas questões estão ainda a ser exploradas. A este respeito, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Nas últimas duas décadas, o desempenho de Macau nos testes de literacia em Matemática, Ciências e Leitura do PISA tem mantido uma tendência constante de subida, sendo um dos poucos sistemas educativos do mundo minimamente afectados pela epidemia. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) elogiou igualmente o sistema educativo de Macau pelo seu excelente desempenho em termos de qualidade, igualdade e inclusão, o que demonstra que o sistema educativo de Macau se reveste de vantagens típicas, após de um longo período de implementação. A escola no Novo Bairro de Macau deve ter em conta as características educativas de Guangdong e de Macau, e estabelecer um sistema de cultivo abrangente em termos de currículos e materiais didácticos, ensino e pedagogia, e cultura do “campus”, de modo a explorar um novo modelo para o desenvolvimento do ensino básico na Grande Baía.

2. As fontes dos alunos da escola em causa são principalmente estudantes moradores no “Novo Bairro de Macau”, estudantes transfronteiriços entre Guangdong e Macau, e alguns residentes de Macau. No futuro, além de aumentar o número de vagas escolares de acordo com o número dos residentes de Macau a mudarem-se para o “Novo Bairro de Macau”, há que satisfazer as necessidades de frequência escolar dos filhos dos residentes de Macau, tomar medidas para alargar as fontes de estudantes e enriquecer a sua composição, para desempenhar quer o papel de demonstração do projecto, quer o papel importante na formação de talentos na Zona de Cooperação Aprofundada.

3. Quanto aos docentes, segundo o Governo da RAEM, a escola em causa vai ser responsável pela respectiva contratação e pode contratar professores qualificados do Interior

da China ou de Macau para leccionarem. Os docentes que ingressam na carreira devem satisfazer as qualificações pedagógicas do Interior da China e ter como referência os requisitos do quadro docente de Macau. Assim, sugiro ao Governo que reforce a comunicação com a escola referida, para assegurar que os subsídios, benefícios médicos, outras regalias e formas de financiamento dos docentes de Macau que se deslocam à Zona de Cooperação Aprofundada sejam iguais aos de Macau, verifique se os critérios de formação dos docentes da escola vão seguir os do Interior da China ou de Macau, ou se vai haver um novo conjunto de critérios, para proteger os seus direitos e interesses legítimos e satisfazer as necessidades do seu desenvolvimento profissional.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 11.01.2024

Há que rever a lei para reforçar as sanções, a fim de combater o trabalho ilegal e o exercício de funções alheias às autorizadas

Há dias, ocorreu um acidente de viação no cruzamento entre a Rua do Gamboa e a Rua do Bocage, em que um motorista de um camião atropelou um agente policial que andava de mota em patrulha, por não ter cedido a passagem, e suspeita-se de que o motorista exercia funções alheias às autorizadas. Há meses, também houve um acidente de viação envolvendo um trabalhador não residente do Interior da China, que conduzia um veículo ligeiro de mercadorias que ficou virado de lado, suspeitando-se também de que exercia funções alheias às autorizadas. Estes casos despertaram, mais uma vez, a atenção dos residentes, que entendem que é apenas a ponta do icebergue, portanto, esperam que as autoridades reforcem a intercepção, bem como a execução da lei, e aperfeiçoem as leis e os mecanismos sancionatórios, com vista a reforçar o combate aos trabalhadores ilegais e aos que exercem funções alheias às autorizadas.

Ao longo dos anos, têm sido detectados casos de trabalho ilegal em diversos sectores, nomeadamente, na construção civil, nos transportes ou na restauração. Após a pandemia, com a recuperação económica, prevê-se que o número de casos aumente. Como os trabalhadores do sector dos transportes não têm um local de trabalho fixo, aumentam, em certa medida, as dificuldades na execução da lei, mas se os TNR conduzirem camiões, camiões frigoríficos ou outros veículos pesados, é evidente que não se trata simplesmente de “conduzir o veículo para as suas deslocações”, podendo, pelo contrário, descobrir-se que se trata de trabalho ilegal. O sector dos transportes espera que as autoridades tomem medidas de acordo com a situação real e reforcem o combate, por exemplo, na inspecção diária da polícia, operações “STOP” para inspecção dos veículos, acompanhamento dos acidentes de viação, etc., e, se estiverem envolvidos TNR, há que acompanhar, ao mesmo tempo, se os motoristas estão a exercer funções alheias às autorizadas e detectar, atempadamente, as infracções, com vista a surtir os devidos efeitos dissuasores.

Por outro lado, a sociedade tem vindo a questionar a baixa taxa de execução das sanções acessórias previstas na actual Lei da contratação de trabalhadores não residentes, nomeadamente, em relação aos trabalhadores ilegais e aos que exercem funções alheias às autorizadas. Segundo as respostas do Governo a uma interpelação minha e de outros deputados, entre 2019 e Fevereiro de 2023, 436 pessoas foram sancionadas administrativamente pelo exercício ilegal de funções de motorista (incluindo exercício de funções alheias às autorizadas, trabalho por conta própria e trabalho ilegal), incluindo 389 empregadores e 47 não residentes, tendo sido aplicadas multas no valor de cerca de 3 milhões e 817 mil patacas, ou seja, em média, menos de 8800 patacas por pessoa. Mais, entre 2018 e Setembro de 2023, isto é, durante mais de cinco anos, foram apenas aplicadas 2187 sanções às entidades patronais por trabalho ilegal, mas apenas 2,1 por cento, ou seja, cerca de 46 entidades foram punidas com sanções acessórias e revogadas apenas cerca de 100 autorizações de contratação de trabalhadores não residentes. Segundo estes dados, podemos reparar que a contratação de trabalhadores ilegais e de trabalhadores não residentes

para funções diferentes daquelas para as quais foram autorizados é lucrativa e os custos pelas infracções são muito baixos, e, mesmo que ocasionalmente sejam apanhados, as multas são apenas de milhares de patacas e as sanções acessórias raramente são aplicadas. Como é que conseguem surtir os devidos efeitos dissuasores?! Como é que se pode demonstrar a determinação do Governo no combate rigoroso ao trabalho ilegal?!

A imperfeição da lei e as fracas sanções estão na origem da prática constante do trabalho ilegal, e os serviços responsáveis pela execução da lei reconheceram, no passado, que a revisão da lei é a forma mais importante para combatê-lo. Já em Maio de 2019, o Governo afirmou que concordava com o aumento das sanções administrativas e referiu que o texto da proposta de lei ia estar concluído no terceiro trimestre daquele ano; mais, referiu, em Julho de 2020, que já tinham sido concluídos os trabalhos de análise e de estudo sobre a revisão das sanções, tendo sido entregues aos serviços de assuntos de justiça para auscultação de opiniões. Mas já se passaram três anos e meio sem que nada mais se tenha ouvido sobre este assunto, e o Governo limitou-se a repetir que ia auscultar as opiniões da sociedade e proceder a análises e a estudos com prudência.

A sociedade tem exigido, clara e veementemente, o reforço das sanções no combate ao trabalho ilegal. Assim, solicito mais uma vez ao Governo que, para além de reforçar a execução da lei e as acções de fiscalização, promova e aperfeiçoe activamente a lei, acelere a revisão das sanções previstas na Lei da contratação de trabalhadores não residentes e inicie o respectivo processo legislativo, devendo ainda esclarecer a sociedade sobre as razões que levaram à não aplicação das sanções acessórias, devendo ainda definir e divulgar os critérios de execução da lei, no sentido de reforçar os efeitos dissuasores para reprimir os respectivos actos ilegais.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 11.01.2024

Redução do carbono e promoção da protecção ambiental

Para promover a protecção ambiental e fazer a articulação com o objectivo nacional da “dupla meta de carbono”, nos últimos anos, Macau promoveu trabalhos para a redução do carbono. Segundo os dados disponíveis, em 2020, as emissões de carbono diminuíram entre 40 e 45 por cento, em comparação com 2005, e os resultados da redução do carbono da RAEM merecem o nosso reconhecimento. Mas, em termos do aumento da proporção de energia verde, Macau ainda tem muito espaço para melhorar.

Recentemente, foi divulgada a “Estratégia de Descarbonização a Longo Prazo de Macau”, a qual define estratégias nas áreas de electricidade, transportes terrestres, conservação de energia na construção civil, substituição de energias por energias limpas, tratamento de resíduos, etc., com o objectivo de atingir o pico de emissões de carbono, até 2030, e promover a redução profunda das emissões de carbono, até 2050, das duas principais áreas de emissões de - electricidade e transportes terrestres, em prol de alcançar a neutralidade carbónica. Mas, na minha opinião, na “Estratégia” deviam constar planos de acção mais pormenorizados.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

Primeira, há que avançar com a generalização dos veículos movidos a novas energias e aumentar a sua proporção em Macau. Enquanto meios de transporte amigos do ambiente, esses veículos vão ajudar a reduzir as emissões de escape e a melhorar o ambiente habitacional. O Governo tem o plano de atingir, quanto aos veículos a registar em 2035, cem por cento de veículos ligeiros com emissões zero e movidos a novas energias. Tal objectivo, que é claro, conseguiu o reconhecimento social. Desde a implementação das políticas referidas, o número de veículos eléctricos em Macau aumentou nos últimos anos, mas representa apenas cerca de 3 por cento do número total de veículos ligeiros. Assim, o Governo deve reforçar a divulgação em prol da generalização dos veículos movidos a novas energias e melhorar os conhecimentos dos residentes sobre esses veículos, prestando, ao mesmo tempo, mais orientações e subsídios e incentivos, em prol da eliminação dos veículos movidos a combustíveis convencionais.

Segunda, há que aumentar e melhorar as instalações de carregamento e baixar o limiar para a instalação de postos de carregamento. Nos últimos anos, o Governo aumentou as instalações de carregamento nalguns auto-silos públicos, mas as formalidades de requerimento da instalação de postos de carregamento em edifícios privados são muitas vezes muito complicadas, especialmente nalguns parques de estacionamento privados em “regime de quotas”, pois exige a concordância de dois terços dos proprietários para a instalação poder ser efectuada. Este limiar desencoraja muitos proprietários a substituir os seus veículos por veículos eléctricos. Proponho ao Governo que flexibilize o limiar para a instalação de postos de carregamento em parques de estacionamento em “regime de quotas” e simplifique as formalidades de requerimento. Ao mesmo tempo, o Governo deve formular, quanto antes, políticas de apoio aos sectores envolvidos, como o sector de reciclagem de

baterias e o de reparação de veículos movidos a novas energias, de modo a apoiar o desenvolvimento dos sectores inerentes a esses veículos em Macau.

Terceira, há que promover a construção verde. Além de instalar equipamentos de energia solar nalguns edifícios da Zona A dos Novos Aterros Urbanos e de promover a introdução de sistemas de energia solar fotovoltaica nos edifícios públicos, como nos serviços públicos e no parque de estacionamento do Terminal Marítimo de Pac On, as autoridades devem definir planos concretos para promover a construção verde no planeamento urbanístico geral e na renovação urbana, e, aquando do planeamento urbanístico e da construção pública, devem tomar como referência as técnicas e experiências avançadas de outras regiões, otimizar continuamente as “Instruções para a Construção Verde em Macau” e aumentar o rácio dos edifícios verdes e de conservação energética, para reduzir o respectivo consumo.

Creio que, sob a liderança do Governo e com o esforço conjunto de todos, Macau poderá, com a maior brevidade possível, articular-se com o País para alcançar o “objectivo de duplo carbono” e assumir as devidas responsabilidades para um futuro verde e sustentável.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 11.01.2024

Colaboração entre o Governo e a população na prevenção conjunta contra o pico da gripe sazonal

Segundo os dados mais actualizados divulgados pelos Serviços de Saúde, no passado dia 9 de Janeiro, o número médio diário de doentes que recorreram ao Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário na última semana atingiu 1029, um aumento de 14,3% em comparação com o registado há duas semanas. A taxa de positividade do teste da gripe sazonal aumentou de 10% no início de Dezembro para 24% no final de Dezembro do ano passado, ultrapassando a linha de base de 14%.

Todos os anos há um pico da gripe sazonal no Inverno, portanto, os Serviços de Saúde já têm uma rica e fiável experiência nos trabalhos de resposta à gripe, e ao longo dos anos têm realizado, regularmente, os trabalhos de vacinação contra a gripe, e tudo isto ajuda a combater o risco de propagação da doença. Segundo os dados do programa de vacinação gratuita contra a gripe sazonal 2023-2024, já foram vacinadas 158 mil pessoas, um aumento de cerca de 30% em comparação com o período homólogo do ano passado, o que demonstra que a população está mais consciencializada quanto à protecção da sua saúde. No entanto, é de salientar que, devido às medidas de prevenção e controlo da epidemia de COVID-19 ao longo prazo dos últimos anos, incluindo o uso de máscara e o distanciamento social, os riscos de infecção por gripe sazonal também diminuíram significativamente. Mas, com o retorno à normalidade e com a redução dos anticorpos, os riscos de infecção aumentaram e, no início deste mês, registou-se uma morte por pneumonia grave devido à gripe B. Por isso, o Governo e a população devem estar alerta e adoptar, em conjunto, medidas de prevenção e de resposta, a fim de evitar uma maior pressão sobre o sistema de saúde.

Mais, segundo a experiência do passado, o pico da gripe estende-se até Março, ou até mais tarde. Assim, tendo em conta os feriados prolongados do Ano Novo Lunar que se aproximam, o mecanismo conjunto de prevenção e controlo do Conselho de Estado emitiu recentemente uma notificação, na qual se prevê que, durante o Ano Novo do calendário Gregoriano até ao Ano Novo Lunar, a maioria dos locais continue a enfrentar uma tendência de alternância e prevalência de diversas doenças transmissíveis do tracto respiratório. As diversas variantes da COVID-19 continuam a propagar-se rapidamente em vários países, no entanto, o número de novos casos de infecção em Macau ainda está num nível relativamente baixo. Mas, após a epidemia, passou a ser comum os residentes viajarem para o exterior durante os feriados prolongados, e o número de visitantes registados em Macau continua a atingir recordes diários, e com o fluxo frequente de pessoas, a propagação do vírus vai ser facilitada; e se se registarem casos de dupla infecção, pelo vírus da COVID-19 e pelo vírus da gripe sazonal, serão graves os riscos para a saúde das pessoas.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforço contínuo da divulgação sobre a vacinação. A vacinação é o meio mais eficaz para prevenir e reduzir a probabilidade de sintomas graves da gripe ou do novo coronavírus. As autoridades devem continuar a reforçar a vacinação através de diversos meios, sobretudo consciencializar as pessoas de alto risco, como as grávidas, crianças, idosos, pessoas com doenças crónicas e com necessidade de viajar, porque é um meio importante para proteger a própria saúde e a dos familiares.

2. Colaboração entre Governo e população para prevenir a propagação da gripe. As autoridades devem acompanhar, de perto, o desenvolvimento das doenças transmissíveis nos países e regiões vizinhas, divulgar, de forma ampla e contínua, as informações mais recentes sobre as doenças transmissíveis, e emitir recomendações de saúde aos residentes; ao mesmo tempo, devem continuar a apelar à população para tomar as devidas medidas de protecção, construindo em conjunto uma barreira para reduzir os riscos de infecção.

3. Colaboração entre instituições de saúde públicas e privadas no combate ao pico da gripe. Deve ser preparada, com antecedência, a distribuição dos recursos médicos nos serviços de urgência, especialmente nos feriados longos, e, sobretudo, otimizar a triagem dos grupos de alto risco, tais como crianças e idosos, para os doentes com febre alta poderem ser atempadamente tratados. Deve ainda recorrer-se à colaboração activa com as instituições médicas privadas e sem fins lucrativos, estudar formas de melhorar a triagem de doentes, e garantir o fornecimento suficiente de medicamentos contra a gripe às instituições médicas privadas e sem fins lucrativos.

4. Aperfeiçoamento dos serviços médicos através de financiamento. Com vista a aliviar melhor a pressão do sistema público de saúde e a enfrentar os desafios decorrentes das diversas doenças, sobretudo das transmissíveis, e do envelhecimento da sociedade, o Governo deve rever o apoio financeiro que é concedido anualmente às instituições médicas subsidiadas, e caso se verifique algum aumento do número de utentes nas consultas externas e nas urgências, deve proceder-se, de acordo com a realidade, a um ajustamento flexível do montante total do subsídio e do número anual dos beneficiários abrangidos.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Pang Chuan e Kou Kam Fai em 11.01.2024

Abrir um capítulo melhor da educação patriótica

A “Lei da educação patriótica da República Popular da China” entrou em vigor no dia 1 de Janeiro. Desde o retorno de Macau à Pátria, com as vantagens do princípio “um país, dois sistemas”, o rápido crescimento económico, um regime de segurança social cada vez mais completo, a melhoria contínua da qualidade de vida da população, o desenvolvimento estável das infra-estruturas urbanas e o alargamento e aprofundamento do intercâmbio e da cooperação com o exterior, Macau tornou-se numa cidade de renome internacional, caracterizada pela estabilidade política, harmonia social, prosperidade económica e diversidade cultural.

A educação em Macau registou melhorias significativas, com resultados frutíferos: no âmbito do ensino não superior, no PISA 2023, os alunos ficaram no segundo lugar a nível mundial nas três literacias. Segundo o respectivo relatório, o sistema educativo não superior de Macau continua a ser de alta qualidade e justo, ocupando uma posição de liderança a nível mundial; e quanto ao ensino superior, encontra-se também em franco desenvolvimento, com dez das suas instituições com características próprias, vários laboratórios de referência do Estado estabelecidos em Macau, cuja reputação internacional, ranking mundial e influência académica são cada vez maiores.

O sucesso da educação em Macau é inseparável do apoio do Governo Central e dos esforços de todos os sectores, e ainda dos esforços constantes e da implementação firme da educação patriótica em Macau. Este ano é um ano de “dupla celebração”, e é também uma oportunidade favorável para reforçar a educação patriótica em Macau, em articulação com as orientações da legislação nacional. Assim, apresentamos as seguintes ideias:

1. Acelerar a integração de Macau no desenvolvimento nacional para alcançar o sucesso. Para reforçar ainda mais a educação patriótica em Macau, é necessário continuar a reforçar o passo da integração de Macau no desenvolvimento da Pátria. Com a implementação aprofundada das iniciativas “Uma Faixa, Uma Rota” e Grande Baía e a construção da Zona de Cooperação Aprofundada, entre outras estratégias nacionais, a posição de Macau no desenvolvimento nacional torna-se cada vez mais importante, o que traz grandes e potenciais oportunidades de desenvolvimento. Devemos promover a participação activa dos jovens de Macau na construção do País e aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo desenvolvimento nacional, para a economia de Macau caminhar rumo à diversificação adequada, ao desenvolvimento sustentável e ao desenvolvimento de alta qualidade, contribuindo desse modo, no âmbito da educação, para a concretização estável e duradoura dos princípios “um país, dois sistemas” e “amor pela Pátria e por Macau”.

2. Reforço contínuo e de forma mais detalhada da educação patriótica. A Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) tem recorrido promovido a educação patriótica em todas as vertentes e através de vários canais, desde a organização das disciplinas, de actividades diversificadas extracurriculares, até à organização de visitas e de intercâmbio de professores e alunos com o Interior da China, um

trabalho que está a ser efectuado de forma cada vez mais aperfeiçoada. Quanto à articulação com a lei, a DSEDJ já tem planos para rever e complementar o quadro da organização curricular e rever as exigências académicas básicas. Com base nisto, sugerimos que, tendo em conta a realidade de Macau, a educação patriótica seja estendida a todo o ciclo educativo, incluindo o aperfeiçoamento dos materiais didácticos para os ensinos infantil, primário, secundário e universitário, para os alunos dos diferentes níveis de ensino poderem reforçar os seus conhecimentos correctos sobre a história e a cultura do País, e ficar a conhecer o rápido e pleno desenvolvimento do País após a reforma e abertura. Mais, há que aprender e absorver os conhecimentos sobre a excelente cultura tradicional chinesa, em estreita conjugação com a “educação patriótica, que deve ser transmitida às futuras gerações” com o “desenvolvimento da excelente cultura tradicional chinesa”, há que fortalecer a confiança cultural e promover a transformação criativa e o desenvolvimento inovador da excelente cultura tradicional chinesa e, ainda, que educar sobre o patriotismo, em colaboração com a Grande Baía e a Zona de Cooperação Aprofundada,

O Presidente Xi Jinping salientou que a educação do amor à Pátria e a Macau é responsabilidade de todos, da família, da escola, do Governo e da sociedade em geral. Espero que, em conjugação com os esforços de todos os sectores da sociedade, possamos desenvolver a boa tradição do amor à Pátria e a Macau, reunindo sabedorias para aperfeiçoar todos os trabalhos de educação patriótica.

2024-01-11 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“Macau é agora um grande estaleiro”

Nestes últimos tempos, tem aumentado o número de turistas que ficaram espantados com a quantidade de escavações nas ruas, numerosos separadores de plástico (cor branca e alaranjada) colocados para durar uma eternidade como os que foram colocados na Avenida da Amizade e no Porto Interior bem como nas respectivas zonas periféricas dando uma má imagem de como se a cidade tivesse sido recentemente “bombardeada”.

Excluindo o troço do Circuito da Guia, a maioria das ruas são mal asfaltadas e muito desniveladas causando solavancos nas viaturas que constituem um perigo diário para os motociclistas e os condutores dos automóveis.

O colapso do revestimento asfáltico das ruas é diário, e agrava-se após chuvas, muito provavelmente devido à utilização de má qualidade do material asfáltico, bastando uma chuvada para o desaparecimento do asfalto e o surgimento de buracos.

Os buracos nas vias públicas causam enormes transtornos aos autocarros, automóveis e um perigo constante aos motociclistas que podem ser “engolidos” pelos buracos escondidos pelas águas das chuvas. Os estragos podem ser desde danos à suspensão, rodas e pneus e até a colisões e ferimentos graves.

São habituais as reclamações que recebemos diariamente no nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos de motoristas forçados a desviar de vários buracos e tampas de esgoto desnivelados, que resultam em pneus cortados, amortecedores estourados, rodas quebradas, para não falar de acidentes trágicos. Ninguém explica em concreto as razões da grande quantidade de tampas metálicas de esgoto, umas muito próximas das outras, quase todas desniveladas relativamente às ruas. É importante e necessário reforçar a inspeção do processo de pavimentação e de manutenção que neste momento é um descalabro, com tampas quebradas durante vários meses sem que ninguém se interesse pelo assunto.

Os motoristas e pedestres que sofram prejuízos em razão dos buracos ou irregularidades em vias públicas deviam ser indemnizados proactivamente pelos serviços competentes responsáveis pela manutenção das vias públicas após apresentação das referidas queixas no IAM.

Para além de originar congestionamentos devido à redução da velocidade para evitar os buracos que causam muitos prejuízos aos condutores e motociclistas, estes são também obrigados a evitar a quantidade exagerada de tampas de esgoto colocadas na sua maioria em total desnivelamento com a simetria das vias públicas resultando nos solavancos dos autocarros, automóveis e motas para além de causarem muitos acidentes principalmente nos dias de chuva.

Aquando da pavimentação das ruas, as autoridades competentes devem fiscalizar a sua correcta linearidade incluindo a linearidade com as tampas do esgoto e se são as mesmas avaliadas e efectuados testes no processo de pavimentação nomeadamente na composição da massa asfáltica utilizada, índices de compactação do asfalto, a espessura e a densidade das camadas pavimentadas e tipos e qualidade dos materiais usados incluindo a análise e inspecção final do nivelamento das ruas para evitar que os buracos apareçam com facilidade ou origemem acidentes.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 11.01.2024

Dar atenção à responsabilidade da fiscalização do Metro Ligeiro, e impulsionar a sua exploração autónoma

O “Metro Ligeiro desempenha o papel principal e os autocarros o papel complementar” é o tema principal da política de transportes públicos, por isso, o seu processo de construção e a qualidade dos serviços têm sido alvo de atenção da sociedade. Com a entrada em funcionamento da Estação da Barra, a ligação entre Taipa e Macau é concretizada e, com a autorização do Governo Central para a gestão da Zona V de Zhuhai, a Linha Leste vai entrar em funcionamento em 2029, com ligação às Portas do Cerco, e pode até ligar ao Posto Fronteiriço Qingmao, o que permite à obra de construção do circuito fechado do Metro Ligeiro entrar numa nova fase, desempenhando um papel maior na construção da disposição geral do trânsito de Macau, libertando a pressão do trânsito rodoviário e contribuindo para a construção de uma cidade de mobilidade ecológica.

Mas existem ainda muitos problemas por resolver no âmbito do Metro Ligeiro e, desde a entrada em funcionamento da Linha da Taipa, no período de dois anos entre 2019 e 2021, registaram-se várias avarias que obrigaram à evacuação de passageiros. No recente relatório de auditoria, foram apontadas várias deficiências na fiscalização das obras por parte dos serviços responsáveis pela construção civil, o que deve servir de alerta para o Governo para as obras posteriores. O contrato de concessão da operação, exploração e manutenção do sistema do Metro Ligeiro vai terminar este ano e, por enquanto, apenas foi revelado que as linhas de Seac Pai Van e de Hengqin não serão exploradas, directamente, pela MTR de Hong Kong. Daqui a cinco anos, quando a Linha Leste entrar em funcionamento, vai ser necessário proceder à adjudicação dos respectivos serviços e isto significa que é possível haver várias empresas a operar ao mesmo tempo no Metro Ligeiro, por isso, o Governo deve ponderar e avaliar, seriamente, como é que vai assegurar a qualidade e a coordenação dos serviços em geral, e quando é que Macau vai poder explorar, de forma autónoma, os serviços do Metro Ligeiro.

Pelo acima exposto, apresento as três sugestões seguintes:

1. Implementar o regime de responsabilização pela fiscalização dos empreiteiros

Solicito ao Governo que preste seriamente atenção às questões e sugestões do relatório de auditoria, elabore planos de optimização pormenorizados e claros, fiscalize rigorosamente as futuras obras de construção do metro ligeiro e reforce as responsabilidades e os mecanismos de fiscalização e inspecção, por forma a evitar a repetição de problemas semelhantes. Ao mesmo tempo, sugere-se que maximize o papel de uma terceira entidade, convidando-se a participação de mais equipas profissionais e consultores técnicos, a fim de assegurar a conformidade das especificações dos equipamentos, materiais e processos de trabalho do metro ligeiro com os padrões existentes, e implemente o respectivo regime de responsabilização, para garantir que a obra em geral corresponde às exigências de vistoria e recepção.

2. Planear e otimizar, quanto antes, o conteúdo dos contratos

Propõe-se que acelere os estudos sobre o contrato de concessão do serviço do metro ligeiro, racionalizando e conjugando os pontos de conclusão de cada segmento do metro ligeiro, e se prepare para assumir, com antecedência, a coordenação da operadora, assegurando a uniformidade e a qualidade dos serviços e do mecanismo de gestão em geral. Mais, que estude a integração dos serviços e da manutenção do metro ligeiro no mecanismo de prémios e sanções, a fim de incentivar a operadora a otimizar, por sua iniciativa, a qualidade dos serviços e as instalações complementares, e a reduzir a dependência dos serviços do metro ligeiro do financiamento directo do Governo. Mais, que estude a introdução de disposições sobre os benefícios de correspondência no contrato, por exemplo, exigindo a utilização de meios de pagamento electrónico com dados sobre o número de passageiros de correspondência, a fim de resolver as actuais dificuldades nas contas, fazendo com que os transportes públicos em geral se articulem com as Linhas de Acção Governativa.

3. Acelerar a formação de pessoal local nas principais áreas de actividades

Propõe-se ao Governo que proceda, quanto antes, à racionalização do papel e das relações entre a operadora, a Sociedade do Metro Ligeiro e o Governo, no âmbito dos serviços do metro ligeiro, e preste atenção à formação do pessoal da referida sociedade, aumente as oportunidades de prática do pessoal local nas principais áreas de actividades e a proporção da distribuição dos postos de trabalho, forme quadros qualificados locais para as principais áreas de actividades e crie condições para que essa sociedade possa assumir totalmente a gestão do serviço do metro ligeiro local no futuro.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 11.01.2024

Acompanhamento do tratamento injusto dos funcionários públicos de base em caso de queixas contra eles

Há um grande número de funcionários públicos de Macau que está a trabalhar sob grande pressão desde há muito tempo, e a sua carga de trabalho exaustiva tem efeitos adversos na sua saúde física, psicológica e mental. Uma das questões graves com que se defrontam é a das queixas injustificadas. Segundo informações de muitos funcionários públicos, como as queixas injustificadas e anónimas não pararam de aumentar nos locais de trabalho, é provável que o pessoal dos diversos serviços públicos se depare com sanções administrativas pesadas, a par de ser rastreado até aos erros do passado.

As queixas injustificadas e anónimas são tratadas à porta fechada e de forma interna. Quanto às queixas internas, cabe aos serviços especializados entrarem em coordenação com todas as partes, mas é possível que o pessoal responsável pelo tratamento dessas queixas, em especial as que são apresentadas contra os dirigentes, seja dissuadido de o fazer por receio de ofender os dirigentes ou de se tornar alvo de represálias.

Quando se trata de uma queixa contra um subordinado, o superior hierárquico segue as tramitações estabelecidas para aplicação de sanções e acompanhamento. O funcionário público de base envolvido tem de se submeter a uma série fastidiosa de perguntas e respostas. Se não for possível apresentar provas, o trabalhador terá de seguir os procedimentos judiciais de recurso, que podem demorar vários meses, e terá de pagar o montante total das taxas.

Mas, quando o superior hierárquico enfrenta uma queixa, mesmo tendo havido casos em que as chefias foram alvo de queixas e as infracções foram efectivamente cometidas, as respectivas sanções nem sempre foram aplicadas ou nunca foram divulgadas. Mesmo que os dirigentes dos serviços públicos sejam denunciados por cometerem ilegalidades ou irregularidades, é provável que recorram aos recursos do Governo ou ao erário público para suportar as despesas judiciais. Ainda que ambas as partes estejam sob a supervisão do mesmo sistema de queixas, há uma grande diferença quer na forma de tratamento quer nos custos envolvidos. Mesmo que os funcionários públicos de base vençam os processos judiciais, durante todo o processo de resposta às queixas e acções, continuam a sofrer muito ao nível mental e psicológico durante um longo período de tempo. Esta situação demonstra que os poderes e as responsabilidades entre os dirigentes e os trabalhadores da camada de base não são iguais.

Tanto as queixas anónimas como as injustificadas podem ser inventadas, não sendo comprovadas pela dificuldade de obter dados verdadeiros dos queixosos e as respectivas informações, e podem não ser aceites devido a provas controversas ou ilegítimas. É muito injusto que trabalhadores cujas provas não foram aceites e que não violaram a lei tenham sido penalizados devido a queixas injustificadas. Se os funcionários forem “injustiçados”, ou seja, forem punidos, mas as provas apresentadas não forem aceites, investigadas e

confirmadas, isso vai, com certeza, causar-lhes grandes traumas psicológicos e afectar as suas oportunidades de promoção, atitude e iniciativa no trabalho.

Para resolver efectivamente as dificuldades enfrentadas pelos funcionários públicos na apresentação de queixas injustificadas e responder aos grandes desafios colocados pelo referido mecanismo ao funcionamento dos serviços públicos, o Governo da RAEM deve reforçar ainda mais a transparência e implementar o regime de responsabilização, garantindo, além de aperfeiçoar o mecanismo de inspecção de queixas, os direitos e interesses dos funcionários públicos das categorias mais baixas, proporcionando-lhes protecção e apoio suficientes, para concretizar uma governação mais justa. A queixa é uma “faca de dois gumes” e o seu uso inadequado pode causar efeitos negativos.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 11.01.2024

Partilha de oportunidades para o desenvolvimento do desporto entre Hengqin e Macau

Hoje é a primeira reunião plenária do ano de 2024, portanto, quero, antes de mais, desejar a todos um feliz Ano Novo, muita saúde, e bom trabalho!

A questão que quero abordar hoje tem a ver com a partilha de oportunidades para o desenvolvimento do desporto entre Hengqin e Macau

No "Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da Região Administrativa Especial de Macau (2024-2028)", divulgado pelo Governo da RAEM em Outubro do ano passado, refere-se o seguinte: "conjugar os elementos desportivos, turísticos e culturais para reforçar os efeitos de referência dos eventos desportivos e criar uma imagem distinta de 'Cidade Desportiva.'" Concordo plenamente e apoio isto!

A população gosta de praticar desporto e, citando o exemplo do futebol, em alguns aspectos, Macau tem a vantagem única de ter relações históricas com grandes potências do futebol de países de língua portuguesa, tais como o Brasil, Portugal e alguns países de África, o que favorece a captação de bons jogadores. Assim, temos de utilizar da melhor forma a plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa e estreitar a nossa ligação com os países de língua portuguesa, definindo pontos estratégicos para a realização de competições desportivas internacionais, de nível médio e avançado, com vista a atrair mais turistas nacionais e estrangeiros a visitarem Hengqin e Macau, desenvolvendo em conjunto com a Zona de Cooperação Aprofundada o "desporto +". Tudo isto com o objectivo de adicionar mais elementos para a diversificação da nossa economia e, ao mesmo tempo, reforçar a imagem de Macau como "Cidade do Desporto".

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Tendo os Jogos Nacionais como ponto de partida, o Governo deve organizar eventos desportivos internacionais e de grande envergadura, no sentido de atrair mais organizações desportivas internacionais e marcas famosas a estabelecerem bases e a organizarem eventos em Macau. Assim, através da organização de eventos desportivos internacionais, Macau pode conseguir notoriedade e influência como cidade não ligada ao jogo.

2. Quanto à falta de instalações locais e complementares, há que aproveitar as vantagens da Zona de Cooperação Aprofundada para concretizar o novo modelo de negociação, construção e administração conjuntas e partilha de resultados, para a construção das instalações complementares necessárias ao desenvolvimento da base de formação desportiva em Macau, assim como para otimizar a gestão e o modelo de operação dessas instalações, criando condições favoráveis para a realização de competições de grande e média dimensão na Zona de Cooperação Aprofundada.

3. Estudar o posicionamento do desenvolvimento entre Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada e aproveitar bem os recursos de formação juvenil de alto nível dos países lusófonos, onde o futebol está bem desenvolvido. Há que assegurar a boa formação desportiva dos jovens de Macau e da Ilha de Hengqin, romper as barreiras políticas que impedem a participação dos jovens de Macau em competições de alto nível no Interior da China, e organizar na Zona de Cooperação Aprofundada actividades de intercâmbio entre jovens, aplicar mais esforços para atrair a atenção da sociedade, e recorrer ao modelo “uma prova nos dois lados com várias estações”, para alargar a dimensão e a influência das competições.

4. Definir políticas e medidas específicas de apoio ao desenvolvimento das indústrias cultural e desportiva, e apoiar a Ilha de Hengqin e Macau na criação conjunta de uma locomotiva para o desenvolvimento do “Desporto+”, empurrando o desenvolvimento em termos de dimensão e qualidade das indústrias da cultura, desporto, turismo, etc., tudo isto para criar um novo ambiente para fortalecer a indústria desportiva, por exemplo, o futebol.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 11.01.2024

Preocupação com a exploração das micro e das PME e com o emprego dos trabalhadores, extensão do prazo dos empréstimos e bonificação de juros, para aliviar as dificuldades da população

Com o aumento dos turistas, o sector do turismo e os sectores conexos recuperaram. A economia de Macau tem crescido, os negócios de algumas empresas melhoraram e as dificuldades de emprego foram aliviadas. Porém, três anos após o impacto da epidemia e de vários factores, o ambiente empresarial piorou e os negócios das muitas micro e PME não conseguiram regressar aos níveis anteriores e algumas delas não conseguiram recuperar.

Segundo alguns lojistas que se candidataram ao Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, durante e após a epidemia, as autoridades introduziram a medida provisória de “ajustamento do reembolso dos empréstimos” para aliviar a pressão sobre o capital de lojistas. Porém, esta medida expira no final deste mês e só é aplicável ao período de reembolso anterior ao final do ano passado, pelo que não consegue ajudar, de forma consistente e eficaz, os lojistas a saírem do “período de dor” pós-pandemia. Se os lojistas encerrarem as suas actividades, os problemas de emprego vão aumentar.

Mais, vale a pena prestar também atenção à pressão sobre o reembolso dos empréstimos dos residentes para aquisição de habitação própria. Desde Março de 2022, a Reserva Federal dos EUA aumentou as taxas de juro 11 vezes, e estas actualmente variam entre 5,25% e 5,5%. Segundo as autoridades de Macau, a taxa de juro preferencial em Macau aumentou de 5,25% para 6,125% e continua a haver uma dedução da taxa de juro preferencial para os empréstimos já requeridos, que ainda se encontra em “*Prime minus*”. Estas afirmações evidenciam o facto de as autoridades se terem afastado da realidade em termos de governação e de não estarem conscientes das dificuldades da população. É de sublinhar que as subidas repetidas das taxas de juro aumentaram directamente os encargos dos residentes decorrentes do pagamento dos seus empréstimos, especialmente nesta fase em que a economia e o emprego ainda estão em recuperação. Como muitos trabalhadores foram obrigados a congelamento salarial durante muitos anos, e o montante dos empréstimos da casa e as várias despesas quotidianas não pararam de aumentar, podemos concluir que a pressão é enorme.

Assim, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. As medidas provisórias de “ajustamento de reembolso” lançadas durante a epidemia foram prorrogadas só até ao final deste mês, e é de salientar que, devido ao impacto da epidemia passada, a economia e a sociedade ainda se encontram em recuperação, e a recuperação do ambiente de negócios das PME e microempresas não se faz de um momento para o outro. Sugiro ao Governo que reveja a situação de exploração destas empresas após a epidemia, avalie a capacidade de reembolso, e continue a implementar medidas provisórias como o “ajustamento de reembolso”, para as ajudar a sair das dificuldades pós-epidemia e, ao mesmo tempo, proteger o emprego dos seus trabalhadores.

2. As PME ocupam um lugar importante na economia de Macau e contribuem muito para o desenvolvimento económico e o emprego. O apoio ao seu desenvolvimento é sempre considerado pelo Governo como uma das suas linhas de acção governativa. Assim, sugiro ao Governo que, além de revitalizar os bairros antigos para atrair mais turistas, encaminhe o consumo para as PME, lance um plano de promoção da economia comunitária, preste atenção aos bairros antigos em situação económica desfavorecida, e lance actividades económicas nos bairros comunitários com características próprias, culturais e humanísticas, para atrair mais residentes e turistas a consumirem lá, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável das PME e microempresas.

3. A economia e o emprego ainda não recuperaram totalmente após a epidemia, registaram-se vários aumentos das taxas de juro que aumentaram directamente os encargos com a amortização da habitação, e muitos residentes já afirmaram que a pressão é enorme. O Governo deve, tendo em conta a realidade social, estudar a implementação de medidas de apoio aos empréstimos para aquisição de habitação própria ou conceder redução e isenção fiscais específicas, para atenuar a pressão económica dos residentes e concretizar o princípio “ter por base a população”, preconizado nas LAG.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 11.01.2024

Promover a construção do edifício de medicina legal para garantir a segurança e higiene públicas e responder às solicitações da sociedade

Nascer, envelhecer, adoecer e morrer são etapas do nosso ciclo da vida, e a “morte” é a última, por isso merece o respeito e a atenção da sociedade. Mas, devido à cultura e aos costumes chineses, a morte é um tabu, sendo raras as referências e as discussões sobre esta, o que leva à estagnação das respectivas políticas, por exemplo, cuidados paliativos, instalações de crematórios, recursos humanos e instalações complementares das morgues em hospitais, etc. Mas ignorar e não falar não significa que o problema não exista, pelo contrário, faz com que a dignidade final da vida de cada um de nós não esteja garantida.

Fazendo uma retrospectiva, durante a pandemia da Covid-19, o número de mortes aumentou rapidamente e as morgues ficaram quase “paralisadas”, assim, percebe-se que não foi sequer possível falar da dignidade do falecido, pois o que ocorria na altura era uma crise de saúde pública

Excluindo o impacto da epidemia, nos últimos dez anos, registaram-se, em média, mais de 2 mil mortes por ano em Macau, mas o número de câmaras frigoríficas das morgues em hospitais onde os cadáveres são mantidos temporariamente é de apenas algumas dezenas. Assim, na prática, muitas vezes é necessário partilhar espaços, o que não garante necessariamente a dignidade final dos falecidos. Sabe-se ainda que, nalguns casos piores, por diversas razões ou procedimentos, não há reclamação ou tratamento atempados dos corpos. Sendo as morgues depósitos temporários cujos cadáveres são mantidos a uma temperatura não inferior a zero, mas, sim, de apenas quatro graus, se o armazenamento for a longo prazo pode causar a decomposição de células, o que torna mais fácil o surgimento de riscos para a saúde pública, como também restringe a utilização das câmaras. No entanto, ao longo destes anos, os serviços competentes e a sociedade não têm prestado a devida atenção ao assunto, assim, como se pode cumprir a Lei de prevenção, controlo e tratamento de doenças transmissíveis?

Por outro lado, o Departamento de Medicina Legal, que tem a seu cargo a defesa da justiça social e da dignidade do falecido, e a reposição da verdade, tem um espaço de trabalho limitado e as suas instalações e equipamentos também não têm sido valorizados e melhorados, por exemplo, o sistema de troca de ar por pressão negativa, havendo falta de camas articuladas eléctricas com elevação, entre outros equipamentos. Assim, perante um ambiente de trabalho de alto risco, é difícil proteger a própria segurança dos médicos legistas, e até pode ser uma ameaça para o ambiente de saúde pública.

Em Hong Kong, o Edifício de Medicina Legal foi concluído e entrou em funcionamento no ano passado, disponibilizando 830 espaços para depósito de cadáveres, e reúne várias funções, como quartos públicos, autópsia, investigação forense, formação pedagógica, etc. É notório o trabalho desenvolvido pelo Governo da RAEM e pelos serviços competentes, para elevar a qualidade dos serviços de saúde prestados pelo sector público, e espera-se que

não descurem esta situação, dando prioridade ao bem-estar da população, mantendo uma atitude pragmática e racional na execução das acções governativas e, de acordo com as necessidades reais da sociedade, ampliar e melhorar, activamente, as respectivas instalações. Neste momento, em que o problema de envelhecimento persiste, o Governo deve iniciar, o mais cedo possível, a promoção dos serviços de cuidados paliativos, para, através de acções concretas e políticas, salvaguardar e defender a dignidade final de cada um. Quanto à controversa localização do crematório, sugere-se que se tome como referência a prática da região vizinha e sejam aproveitadas as áreas marítimas concedidas pelo Governo Central, ou que se aproveite ao máximo os novos aterros, para construção de um Edifício Multifuncional de Medicina Legal longe das zonas habitacionais, com vista a responder ao desenvolvimento e às necessidades sociais.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 11.01.2024

Aproveitar “o vento em popa” do roteiro de redução de carbono, para acelerar a promoção das estratégias de redução das respectivas emissões

O combate às alterações climáticas já é um tema comum no mundo que não pode ser ignorado. Desde que o País propôs o objectivo de “se esforçar para atingir pico da emissão de carbono antes de 2030 e alcançar a neutralidade de carbono antes de 2060”, toda a sociedade está a criar gradualmente um sistema de políticas para o pico e a neutralidade de carbono “1+N”.

Macau não pode ficar afastada deste assunto, e já no “Segundo Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Económico e Social da RAEM (2021-2025)” foi definida a meta de redução das emissões de carbono em mais de 55% em 2025, em comparação com a de 2005. Recentemente, para promover ainda mais os trabalhos de coordenação e impulsionar a redução de carbono em Macau, e demonstrar a determinação do Governo, este divulgou a “Estratégia de redução de carbono de Macau a longo prazo”, que tem despertado a atenção da sociedade e inclui estratégias relacionadas com a electricidade, os transportes terrestres, a poupança de energia nos edifícios, a substituição de energias limpas e o tratamento de resíduos.

De facto, ao concretizar o objectivo de duplo carbono, não se pode deixar de impulsionar, através da transformação, o desenvolvimento socioeconómico verde, que envolve o desenvolvimento industrial, o uso de energia, os meios de transporte e as actividades de consumo, entre outros aspectos. Para alcançar tal objectivo, é necessário contar com a participação de todos os sectores e com os esforços de todos os cidadãos no seguimento dessa ideia.

Durante este período, é necessário prestar mais atenção às debilidades do sector da protecção ambiental de Macau, por exemplo, a recuperação do sector do turismo acarreta crescimento económico, mas também resulta em aumento dos resíduos sólidos, que é um risco oculto, assim, há que reforçar a divulgação do conceito de redução de carbono e os benefícios desta redução. Em Macau, ainda há espaço quer para melhoria da taxa de reciclagem quer quanto ao desenvolvimento da indústria financeira verde. Assim sendo, todos os assuntos deste âmbito necessitam de desenvolvimento e apreciação detalhada do Governo, no sentido de incentivar os diversos sectores sociais a assumirem as suas responsabilidades na redução das emissões de carbono, e de maximizar as vantagens de Macau através do apoio da Pátria para ligar Macau ao mundo, tudo para alcançar o objectivo de “ser Macau a primeira cidade do nosso país a atingir a neutralidade de carbono”, de desenvolver as vantagens da nossa cidade, e de servir as necessidades do País.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. A redução de carbono envolve vários aspectos, o Governo tem de liderar os trabalhos, mas é também necessária a colaboração activa de todos os sectores da sociedade, para atingirmos a neutralidade de carbono e os planos de acção definidos na “Estratégia de Descarbonização a Longo Prazo de Macau”. O Governo deve incentivar as empresas ligadas ao turismo e lazer a desempenharem o seu papel de liderança e a cumprirem as suas responsabilidades sociais, definindo orientações para a redução de resíduos e de carbono nos complexos hoteleiros e de entretenimento, e exortá-los a divulgarem periodicamente informações sobre as suas emissões de carbono, incluindo indicadores sobre a eficiência energética e a adopção de energias limpas, entre outras medidas, e incentivar os turistas a praticarem actividades de redução de carbono. O Governo deve ainda promover um ambiente ecológico entre os turistas e, assim, reduzir a quantidade de resíduos sólidos em Macau.

2. A auditoria é uma forma importante para calcular as emissões de gases com efeito de estufa das empresas. A “Estratégia de Descarbonização a Longo Prazo de Macau” refere que as empresas devem ser incentivadas a proceder a auditorias, para conhecerem as suas capacidades no respeitante à redução de carbono. O Governo deve então prestar mais atenção a esta questão, especialmente devido à falta de recursos humanos em Macau nas áreas da auditoria e gestão do carbono, e organizar acções de formação para os talentos locais, a fim de enfrentar a actualização constante das normas e do desenvolvimento da gestão do carbono ao nível nacional e internacional.

3. Muitos residentes ainda não estão familiarizados com o objectivo de duplo carbono, que é um conceito novo, por isso, é necessário reforçar a divulgação do conceito de neutralidade de carbono junto dos cidadãos. Como, hoje em dia, os estabelecimentos dão extrema importância às emissões de carbono e as fontes de emissão variam de sector para sector, sugiro que seja o “Centro Ambiental Alegria” a colaborar com as entidades respectivas, integrando os recursos de todos os sectores, para enriquecer os cenários de redução de carbono.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 11.01.2024

Aproveitar as oportunidades de desenvolvimento da Ilha de Hengqin e injectar uma nova dinâmica no desenvolvimento de Macau

O Plano Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin (“Plano Hengqin”), aprovado pelo Conselho de Estado e publicado pela Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional, demonstra a atenção e o carinho do País e do Presidente Xi Jinping para com Macau, e injecta uma força motriz forte na diversificação industrial e no desenvolvimento a longo prazo de Macau, revestindo-se de grande significado para a promoção da prosperidade e estabilidade de Macau a longo prazo e para a sua integração no desenvolvimento nacional.

Os objectivos definidos no “Plano Hengqin” centram-se na missão inicial de “promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau” e, em conjugação com o Plano de desenvolvimento da diversificação adequada da economia e a estratégia de desenvolvimento industrial “1+4”, impulsionar pragmaticamente a construção da Zona de Cooperação Aprofundada. Reforça-se ainda mais a cooperação entre Macau e esta Zona, através do desenvolvimento das indústrias, da integração da vida da população, da integração Macau-Hengqin e do aperfeiçoamento dos sistemas de “quatro conjuntos”. Para concretizar o “Plano Hengqin”, os ministérios e comissões competentes cooperaram estreitamente para aceleraram a implementação das respectivas políticas e medidas. A Comissão para a Reforma e Desenvolvimento e o Ministério do Comércio lançaram “medidas especiais para reduzir as restrições de acesso ao mercado de Hengqin”, e a Administração Geral das Alfândegas da China divulgou uma série de medidas de “gestão separada”, como as “medidas de supervisão dos Serviços de Alfândega da RPC sobre a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, o que contribui para o “funcionamento em caso de encerramento das fronteiras” e demonstra a determinação e confiança do País na promoção firme da abertura, de alto nível, de Macau e de Hengqin, e na promoção da diversificação adequada da economia de Macau.

O “Plano Hengqin” é uma iniciativa inovadora de cooperação regional do Estado que, para além de promover a diversificação adequada das indústrias de Macau, apoia Macau no desempenho do papel de liderança no seu desenvolvimento e promove o padrão global de desenvolvimento em termos da integração Hengqin-Macau. Ao mesmo tempo que adere à concepção científica de alto nível, o Governo deve também desempenhar um papel importante no reforço da cooperação e do intercâmbio entre Guangdong e Macau, na formulação de medidas de concretização, e na execução, com rigor, das tarefas e dos objectivos, em prol da aceleração da diversificação adequada da economia de Macau e da garantia da implementação estável do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

Para o efeito, gostaria de apresentar as sugestões seguintes:

1. Como o Governo da RAEM assume um papel de liderança no desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada, os diversos serviços públicos devem estar a par do plano estratégico do Estado, desempenhar plenamente os seus papéis e tomar a iniciativa de

reforçar a cooperação com a Zona. Proponho ao Governo que aprofunde os actuais mecanismos de comunicação entre os serviços públicos da RAEM e os da Zona de Cooperação Aprofundada, de modo a promover melhor a execução do “Plano Hengqin”.

2. Dar prioridade à concretização do “Plano Hengqin”, isto é, deve dar-se 10 por cento de prioridade à sua preparação e 90 por cento à concretização. Os serviços públicos devem, segundo os objectivos faseados e as principais tarefas definidas neste “Plano”, acelerar a implementação dos grandes assuntos políticos nas áreas importantes e nas etapas cruciais da reforma, definir as políticas complementares pormenorizadas e o prazo para a sua conclusão, e promover, de forma clara e ordenada, a aceleração da concretização dos trabalhos, para que a sociedade de Macau possa usufruir, quanto antes, das políticas e dos benefícios do mercado, a fim de promover, com todos os esforços, o desenvolvimento e a construção da integração Hengqin-Macau.

3. Clarificar a liberalização na “primeira linha” e o controlo na “segunda linha”, para criar um ambiente de vida na Zona de Cooperação Aprofundada semelhante ao de Macau, é o desejo comum de todos os residentes. Com o lançamento do “Plano Hengqin” e de uma série de medidas e métodos de “gestão diferenciada”, o Governo da RAEM deve reforçar a divulgação e a interpretação, para que a sociedade conheça melhor o plano político e aumente os seus conhecimentos sobre o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada, de modo a congregar a confiança do desenvolvimento social e promover, de forma melhor e mais rápida, a construção e o desenvolvimento da Zona.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 11.01.2024

Passaram-se dois anos desde a sua entrada em funcionamento em 2021, e o Posto Fronteiriço de Qingmao já registou mais de 32 milhões de visitantes, passando a ser um dos postos fronteiriços terrestres com maior fluxo de passageiros do País. Com o desenvolvimento do sector de turismo local e da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, acredita-se que cada vez mais residentes e turistas vão utilizar o referido posto fronteiriço, por isso, o Governo deve otimizar as condições de passagem fronteiriça e, também, o trânsito e as instalações complementares nas proximidades desse posto, em articulação com o posicionamento do desenvolvimento de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, para, através do modelo de desenvolvimento “Turismo+”, tornar o posto numa porta importante para mostrar o estilo e as características de Macau, e atrair visitantes.

Na zona da Ilha Verde e nas suas proximidades, há muitos recursos gastronómicos e pontos turísticos, por isso, as autoridades podem explorar, activamente, os recursos “gastronomia + turismo” na Ilha Verde, reforçar a atractividade do cartão-de-visita de “Cidade Criativa de Gastronomia”, fornecer mais informações turísticas nas imediações do posto fronteiriço daquela zona, para orientar o conhecimento dos turistas quanto às características gastronómicas, à história e à cultura da zona Norte, e disponibilizar, no Centro de Informação Turística do Posto Fronteiriço Qingmao, um guia de turismo e um mapa gastronómico sobre a zona Norte, para atrair os turistas e os residentes a consumirem e a visitarem esta zona, para assim impulsionar a economia comunitária, revitalizar a zona comunitária, promover o desenvolvimento da zona Norte, bem como oferecer mais opções e experiências aos turistas e aumentar a sua vontade de permanência. Para além da criação das instalações comerciais nas proximidades do Posto Fronteiriço Qingmao, as autoridades devem incentivar os sectores a prestarem serviços mais diversificados e, se as condições o permitirem, devem criar uma zona cultural e criativa nas suas proximidades, para mostrar a história, os costumes e a inovação artística na zona Norte, entre outros aspectos, para enriquecer a conotação dos pontos turísticos e permitir aos visitantes sentirem a atmosfera multicultural e criativa de Macau.

Segundo alguns turistas, as paragens de autocarros nas proximidades do Posto Fronteiriço Qingmao estão dispersas, e a sinalização de trânsito e os serviços de informação não são claros, portanto, há ainda espaço para melhoria. Sugere-se aos serviços competentes que auscultem as opiniões dos turistas e dos residentes, aumentando as placas de sinalização de trânsito e as máquinas de autoconsulta, para facilitar a obtenção de informações de trânsito por parte dos turistas. Há ainda que otimizar as instalações complementares de trânsito envolventes do Posto Fronteiriço Qingmao, e a frequência e os itinerários dos autocarros, para facilitar a vida aos turistas e elevar a imagem de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 11.01.2024

Aumentar constantemente a dimensão da economia turística, consolidar e elevar o estatuto de Macau como centro mundial de turismo e lazer – para celebrar o 25.º Aniversário do Retorno de Macau à Pátria

Com o desenvolvimento nos últimos 25 anos da implementação da Política “Um País, Dois Sistemas”, conseguiram-se resultados notáveis a nível mundial, nomeadamente estabilidade social, crescimento económico, alta taxa de emprego, elevado nível de segurança social, e ainda na habitação, pensão para idosos, bem-estar, sensação de satisfação, e segurança.

Sob a liderança do Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, o Governo atendeu à conjuntura actual e implementou firmemente a estratégia de diversificação económica “1 + 4”, para fortalecer a indústria do turismo e lazer integrado, e desenvolver quatro indústrias: macro saúde, alta tecnologia, finanças modernas, e convenções, exposições, comércio, cultura e desporto, com objectivos bem definidos e correspondentes à realidade e às necessidades do desenvolvimento de Macau. No curto espaço de um ano após a epidemia, o turismo recuperou 70%, a indústria do turismo e lazer integrado e as quatro indústrias principais estão no bom caminho, acelerou-se a integração entre a Zona de Cooperação Aprofundada e Macau, e a economia de Macau está a seguir o rumo da diversificação e o aumento da qualidade.

Assinala-se este ano o 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria. O Governo deve unir e liderar o sector do turismo e lazer integrado e todos os outros, para promover em conjunto o desenvolvimento rápido e de qualidade do turismo, aumentar continuamente o volume da economia e de turistas, consolidar e reforçar a posição de Macau como centro mundial de turismo e lazer, promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia e manter a prosperidade e estabilidade a longo prazo de Macau, e garantir a implementação estável do princípio “Um País, Dois Sistemas” com características de Macau.

1. Temos de continuar a aproveitar as duas marcas de ouro de Macau favoráveis à atracção de turistas - “Cidade do Património Cultural” e “Cidade Criativa em Gastronomia”; a tirar o máximo partido das vantagens de Macau, a sua localização, e competitividade no sector do turismo; a concentrarmo-nos na promoção de Macau nos mercados-alvo na sul e nordeste da Ásia e no Médio Oriente; e a alargar os mercados turísticos nacional e internacional, de modo a aumentar, continuamente, o volume da economia e de turistas.

2. A história e a cultura de Macau são ricas e singulares, com a mistura das culturas chinesa e ocidental. Há então que explorar constantemente os recursos históricos e culturais, acelerar os trabalhos de revitalização das seis zonas históricas e culturais, transformar as novas zonas turísticas e culturais emblemáticas, enriquecer e otimizar a experiência turística, promover o turismo cultural de alta qualidade, reforçar a construção de uma base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como a predominante, promova a

coexistência de diversas culturas, para desenvolver o turismo através da cultura e divulgar a cultura através do turismo.

3. Há que aperfeiçoar constantemente a rede de tráfego tridimensional de Macau que faz a ligação com o exterior, desenvolver o papel dinamizador da ligação com o Aeroporto Internacional de Hong Kong e a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, acelerar a recuperação das rotas aéreas internacionais de Macau e aumentá-las gradualmente, criar transportes mais fáceis e convenientes, e, através da cooperação tridimensional marítima, terrestre e aérea, explorar mercados turísticos internacionais diversificados e aumentar o número de turistas estrangeiros.

4. Promoção do desenvolvimento integrado intersectorial do “turismo +” – promover o desenvolvimento conjunto do turismo, da cultura e do desporto, incluindo a optimização dos espectáculos e eventos desportivos de nível internacional, a fim de construir uma “cidade das artes performativas” e uma “cidade do desporto”. Continuar a reforçar o desenvolvimento conjunto das indústrias do turismo, convenções e exposições, medicina tradicional chinesa, etc., enriquecendo os projectos e produtos do “turismo +”, prolongando o tempo de estadia e aumentando o consumo em Macau dos visitantes, e impulsionando o aumento da qualidade e o desenvolvimento diversificado da economia e do turismo.

5. Reforço do desenvolvimento integrado do turismo da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada – reforçar a promoção conjunta no exterior dos grandes destinos turísticos da Grande Baía, e a criação de produtos turísticos “multi-destinos” de qualidade, e incentivar a participação activa do sector turístico da Grande Baía, explorando, de forma contínua, actividades turísticas bilaterais com a Grande Baía, o Interior da China e o exterior, com vista a promover o desenvolvimento “win win” da economia e do turismo.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 11.01.2024

Planear, de forma clara e razoável, a operação e a programação financeira do Metro Ligeiro

Devido aos elevados preços dos bilhetes, ao ambiente pedonal entre as estações e os destinos não ser amigável, e à falta de horários, entre outros factores, o Metro Ligeiro não consegue atrair os residentes à sua utilização nas suas deslocações diárias, por isso, antes da entrada em funcionamento da Estação da Barra, o metro transportava apenas milhares de passageiros por dia. Após a entrada em funcionamento desta Estação em Dezembro do ano passado, o número médio diário de passageiros ultrapassou, pela primeira vez, os 10 mil, ou seja, 13 900, desde a cobrança das tarifas em Fevereiro de 2020. O Governo afirmou, há dias, na Assembleia Legislativa, que a política de trânsito ia ter como objectivo “o metro ligeiro como meio principal e os autocarros como meio secundário”, portanto, é evidente que o aumento significativo do número de passageiros do metro ligeiro é, neste momento, a questão mais importante a resolver.

Na minha opinião, a Sociedade do Metro Ligeiro de Macau, S.A. deve resolver, quanto antes, os problemas relacionados com os elevados preços dos bilhetes, a falta de benefícios e inconvenientes no transbordo, a falta de um ambiente pedonal amigável entre as estações e os destinos, a falta de horários, etc. pois só assim é que se consegue atrair mais residentes a utilizar o metro como meio de transporte público nas suas deslocações diárias.

Após a entrada em funcionamento da Estação da Barra, a Sociedade do Metro Ligeiro acrescentou mais intervalos de preços, considerando os troços de travessia marítima como duas estações, ou seja, a tarifa das primeiras três paragens é de 6 patacas, mais 2 patacas para as três paragens posteriores, e é de 12 patacas para toda a viagem. Os adultos, mesmo os titulares do Macau Pass e com descontos, ainda têm de pagar 6 patacas. Segundo alguns residentes, embora exista uma ligação conveniente entre a plataforma do Metro Ligeiro na estação da Barra e a paragem de autocarros, e a travessia marítima seja rápida, devido aos preços dos bilhetes, os residentes não vão utilizar o metro frequentemente.

Quanto aos benefícios de transbordo entre o Metro Ligeiro e os autocarros, o Governo afirmou várias vezes que a negociação não tinha sido bem-sucedida. Segundo as informações disponíveis, os actuais contratos de autocarros expiram em 2026 e, de acordo com o “Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)”, o Governo planeia iniciar, antes do termo dos contratos, estudos sobre a avaliação e o desenvolvimento dos contratos de autocarros, incluindo o modelo de contrato, a distribuição de carreiras, o transbordo com o Metro Ligeiro, a utilização de autocarros movidos a novas energias, a definição de tarifas e do modelo de apoio financeiro, e os direitos e deveres, entre outros. Assim sendo, o Governo deve aproveitar esta oportunidade para definir, claramente, os benefícios de transbordo entre os autocarros e o metro ligeiro, e não deve continuar a alegar a impossibilidade de negociação como pretexto!

Quer a MTR, que antes operava o Metro Ligeiro de Macau, quer os transportes ferroviários das regiões vizinhas, têm o horário detalhado da chegada dos comboios à

estação, permitindo aos passageiros a marcação do tempo de viagem. No entanto, o Metro Ligeiro de Macau nunca divulgou horários, só divulgou que a frequência é de 7,5 a 10 minutos. Além disso, como a frequência é baixa, os residentes não conseguem planear bem as suas deslocações, o que afecta a sua vontade de usar o metro ligeiro.

Outra razão que justifica a opção pelo metro ligeiro é a conveniência. Tomando como referência a região vizinha de Hong Kong, a maior parte das estações tem entradas e saídas directamente ligadas às instalações comerciais circundantes. A Linha da Taipa dispõe de estações nos principais postos fronteiriços, na Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, no Macau Dome e nos hotéis no Cotai, mas, a maior parte não tem passagens directas ou viadutos para os principais destinos. Por exemplo, segundo a planta da estação de Seac Pai Van, que está em construção, há uma passagem superior para peões que liga à passagem superior para peões da zona de habitação pública de Seac Pai Van, mas estas não estão sistematicamente interligadas, o que não facilita a utilização do metro ligeiro por parte dos moradores da zona. Olhando para a concepção do actual sistema pedonal nas imediações do metro ligeiro, este não consegue, de facto, facilitar a chegada directa aos destinos por parte dos passageiros. Além disso, na Estação da Barra não existem instalações comerciais de apoio, quanto à Linha de Hengqin, o modelo de plataforma única em monocarril foi escolhido sem consulta pública, e não se sabe quando é que a Linha Leste das Portas do Cerco vai ser estendida até ao Posto Fronteiriço Qingmao. Estas são questões que o Governo tem de encarar e resolver.

É de salientar que, tendo em conta os conflitos, os atrasos e as derrapagens orçamentais surgidos durante a construção do metro ligeiro, e a suspensão, por um longo tempo, do seu funcionamento devido à substituição de cabos eléctricos com problemas de qualidade, já não é elevada a confiança da sociedade no metro ligeiro! Pelo exposto, solicito ao Governo que aprenda com a lição e que encare, com acções concretas, os diversos problemas, incluindo a futura exploração, que necessita de planos financeiros e de exploração claros e razoáveis. Aquando da construção de novas linhas, deve proceder-se à análise e ao planeamento global dos assuntos financeiros, do fluxo de passageiros e das operações, para assegurar que a construção e a operação das novas linhas correspondam ao interesse público e produzam os benefícios sociais previstos.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 11.01.2024

Unir a população e formar sucessores para as causas patrióticas

No ano de 2024, celebra-se o 75.º aniversário da implantação da República Popular da China, o 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria e o 5.º aniversário da publicação das “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, constituindo, portanto, um marco temporal importante. Aquando do balanço da missão do Chefe do Executivo em Pequim, em Dezembro do ano passado, o Presidente Xi Jinping reconheceu plenamente os trabalhos do Chefe do Executivo e do Governo da RAEM, esperando que aproveitem as oportunidades decorrentes do desenvolvimento do País, para promover continuamente a implementação com sucesso do princípio “um País, dois sistemas” com características de Macau, assinalando o 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria com novos resultados de desenvolvimento.

O tempo é carinhoso connosco e, neste momento, a RAEM é como um jovem bem crescido que está no auge da sua vida e cheio de ideais e de vigor. Mas o tempo é também implacável, portanto, devemos ter sempre na mente a ideia de “o tempo perdido nunca mais é encontrado”. O reforço da coesão social para apoiar plenamente o Governo da RAEM na promoção, de forma profunda, da obtenção dos novos resultados ao nível económico, cultural e da vida da população tem como base a implementação, plena e correcta, do princípio “um País, dois sistemas” e a integração no desenvolvimento nacional. Assim, tenho as seguintes opiniões:

1. Desenvolver, de forma contínua, as vantagens institucionais do princípio “um País, dois sistemas”, atribuídas pelo Governo Central

A implementação bem-sucedida do princípio “um País, dois sistemas” em Macau é um sucesso para a China e, também, um modelo inovador de governação. Devemos promover o princípio “um País, dois sistemas” com características de Macau para um novo patamar e apoiar o Governo da RAEM na diversificação adequada da economia “1+4”, com vista a melhorar a vida da população e a elevar o seu sentimento de felicidade e de obtenção. Devemos ainda persistir em fazer bem o intercâmbio cultural com o País e com o exterior, aprofundar a aprendizagem entre as civilizações e contar bem as histórias da China e de Macau, aproveitando Macau como janela para mostrar ao exterior a civilização avançada e a coexistência harmoniosa da China.

2. Integração no desenvolvimento nacional com alta qualidade

Macau deve aproveitar os recursos da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin para reforçar a cooperação económica com outras cidades da Grande Baía e do Interior da China e, nas áreas do turismo, cultura, finanças, ciência e tecnologia inovadoras, promover o intercâmbio de talentos, a partilha de recursos, a transferência de tecnologia e a abertura do mercado, em prol da construção de uma baía humanista e da integração no desenvolvimento nacional com alta qualidade.

A integração no desenvolvimento nacional traduz-se na integração política e económica, mas, afinal, consiste na integração cultural e na união das pessoas. Diz-se que o esforço humano é o factor decisivo para o sucesso, e Zeng Guofan disse uma vez: “Para tratar dos assuntos importantes, o mais importante é escolher os substitutos”. Os substitutos são, de facto, os sucessores. Assim, para concretizar os dois pontos referidos, é preciso aprofundar a educação patriótica e formar novas gerações com talento e visão, por forma a dar continuidade à promoção do amor à Pátria. Face ao rápido desenvolvimento da ciência e da tecnologia, não podemos ter mente fechada, mas, antes, devemos recorrer a meios aceites pelas novas gerações para proceder à educação, incentivando os jovens a conhecerem a conjuntura nacional e cultivando neles o sentimento patriótico, para que estejam cientes da sua interdependência com a Pátria e tenham a consciência de que a construção de um país poderoso e o rejuvenescimento nacional são da responsabilidade de cada um, assumindo assim a grande responsabilidade histórica de serem sucessores na promoção do amor à Pátria.

IAOD dos Deputados Chui Sai Cheong, Vong Hin Fai e Chan Iek Lap em 11.01.2024

Incentivar a população a reparar os edifícios velhos recorrendo ao Fundo de Reparação Predial

A Lei n.º 14/2021 (Regime jurídico da construção urbana) impõe a realização de obras de conservação e reparação dos edifícios decorridos dez anos a contar da data da emissão da licença de utilização e em cada cinco anos subsequentes, e define as respectivas consequências e sanções.

Para promover a reparação dos edifícios, em Novembro de 2021, o Governo procedeu à revisão dos planos do Fundo de Reparação Predial, e integrou os diplomas relacionados com o Plano de Apoio Financeiro para Inspeção das Partes Comuns de Edifícios no Regulamento do Plano de Apoio Financeiro para a Administração de Edifícios, Regulamento do Plano de Apoio Financeiro para Inspeção das Partes Comuns de Edifícios, Regulamento do Plano de Apoio Financeiro e de Crédito sem Juros para Reparação de Edifícios e Regulamento do Plano de Apoio Financeiro para Reparação das Partes Comuns de Edifícios das Classes P e M. A candidatura ao apoio financeiro para a realização de obras (serviços de inspeção) deve ser aprovada por deliberação dos proprietários através da convocação da assembleia geral do condomínio.

De acordo com o *site* do IH, entre 17 de Abril de 2007 e 31 de Dezembro de 2023, o Fundo de Reparação Predial aprovou 6079 pedidos, envolvendo 592,51 milhões de patacas, nomeadamente 792 do Plano de Apoio Financeiro e de Crédito sem Juros para Reparação de Edifícios, 1481 do Plano de Apoio Financeiro para a Administração de Edifícios, 3709 do Plano de Apoio Financeiro para Reparação das Partes Comuns de Edifícios das Classes P e M, e 58 do Plano de Apoio Financeiro para Inspeção das Partes Comuns de Edifícios. Estes pedidos envolveram 3969 edifícios.

Existem em Macau mais de 5 mil prédios com mais de 30 anos, e o número continua a aumentar com o passar do tempo. O número de edifícios reparados com apoio financeiro nos últimos dez anos é muito inferior ao número total de edifícios velhos, o que é preocupante, pois são frequentes as notícias sobre queda de janelas e desprendimento de azulejos das paredes exteriores, que põem em risco a segurança da população. Assim, para incentivar os moradores dos edifícios velhos a fazer uso do Fundo de Reparação Predial para reforçar a reparação dos edifícios, apresentamos as seguintes sugestões:

Reforço da divulgação do Plano de Apoio Financeiro do Fundo de Reparação Predial

Como este Plano é específico e especializado, os proprietários têm de ter mesmo necessidades, caso contrário, será difícil divulgá-lo, para todos ficarem a conhecê-lo. Pelo exposto, sugere-se aos serviços competentes que tomem a iniciativa de se deslocar aos bairros comunitários e de colaborar com as diversas associações cívicas, incluindo as associações profissionais, para reforçar a divulgação do plano em causa.

Elevar a consciência dos residentes sobre a reparação dos edifícios antigos

Este é o pressuposto para incentivar os residentes a candidatarem-se ao Plano de Apoio Financeiro do Fundo de Reparação Predial e iniciarem a reparação dos edifícios. Assim, sugere-se ao Governo que incentive e apoie as associações profissionais a penetrarem nos bairros comunitários, através da organização de colóquios e exposições, para a população e especialmente os moradores de edifícios antigos compreenderem claramente que não proceder à reparação dos edifícios é um perigo para si próprios e para o público.

Promoção da criação de comissões administrativas nos prédios dos "três não"

Estes prédios localizam-se, principalmente, nos bairros antigos, e a maioria dos casos tem a ver com infiltrações de água e desprendimento de reboco nas partes comuns dos prédios, devido à falta de assembleias de condóminos e de administração por parte das empresas de administração predial, bem como à falta de manutenção e reparação adequadas, afectando a segurança da população e dos peões. Sugere-se então ao Governo que reforce a cooperação com as associações civis, no sentido de promover a constituição de assembleias de condóminos nos prédios dos "três não", criando-se uma boa base legal para incentivar os proprietários a requererem apoio financeiro e a procederem à reparação dos seus edifícios.